



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXII — Nº 151

TERÇA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 1977

BRASÍLIA — DF

### CONGRESSO NACIONAL

(\*) PARECER Nº 192, DE 1977 (CN)

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Lei n.º 21, de 1977-CN, que "altera os arts. 5, 14 e 16, suprimindo o parágrafo único deste último da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências".

Relator: Senador Ruy Santos

1. O Senhor Presidente da República, através da Mensagem n.º 385, de 1977, submete ao Congresso Nacional, nos termos do § 2.º do art. 51 da Constituição, um projeto de lei que "altera os arts. 5.º, 14 e 16, suprimindo o parágrafo único deste último, da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências". E diz o Senhor Ministro da Saúde na sua Exposição de Motivos:

"2 — A iniciativa tem por finalidade estabelecer, taxativamente, que também os medicamentos contendo uma única substância ativa, sobejamente conhecida, e reconhecida pelo Ministério da Saúde, assim como os imunoterápicos, drogas e insumos farmacêuticos, não poderão, em hipótese alguma, ostentar nomes ou designações de fantasia, tal como foi previsto no artigo 5.º do Decreto n.º 79.094, de 5 de janeiro de 1977, na certeza de retratar fielmente o espírito da norma legal, aquele último, porém, considerado excessivo conforme o Parecer L-157, do Senhor Consultor-Geral da República. 3 — Nesse sentido, pois, impõe-se por via legislativa, procurar reparar a imperfeição formal do texto legal, adequando-o ao sentido que almejava o Ministério da Saúde, autor da iniciativa, no interesse do consumidor, que muitas vezes é levado a adquirir determinado produto farmacêutico, induzido a erro ou confusão por nomes da fantasia que insinuam composição, qualidade, indicação e procedência, inverídicas, com risco da sua própria saúde.

4 — Por outro lado, este Ministério houve por bem excluir das exigências da Lei n.º 6.360, de 1976, aplicáveis aos produtos licenciados anteriormente à sua vigência, após completarem o decênio de validade, os nomes e designações de fantasia dos produtos então licenciados e industrializados, evitando assim questões relacionadas com direitos adquiridos."

2. As alterações são de pequena monta:

a) a do caput do art. 5.º é mais de redação, mais sintética;

b) ao art. 5.º é acrescentado um parágrafo, estabelecendo que os medicamentos contendo uma única substância ativa poderão ser identificados pela denominação constante da Farmacopéia Brasileira.

c) Os produtos com licenças já concedidas ficam excluídos das novas exigências, dentro do prazo de concessão.

d) a alínea I do art. 16 teve melhorada sua redação.

3. Ao projeto, dentro do prazo regimental, foi apresentada apenas uma emenda, de autoria do nobre Deputado Odemir Furlan, com a seguinte redação:

"§ 4.º Sem prejuízo do disposto neste artigo, os medicamentos contendo uma única substância ativa e os imunoterápicos, drogas e insumos farmacêuticos, deverão ser identificados pela denominação constante da Farmacopéia Brasileira, não podendo, em hipótese alguma, ter nomes ou designações de fantasia."

Visa a emenda, assim, retirar da proposta as expressões "soberamente conhecida, a critério do Ministério da Saúde".

4. Como diz a Exposição de Motivos, o que se busca, com a nova proposição, é "reparar a imperfeição formal do texto legal". E este objetivo é atingido, em parte. Assim, só o caput do art. 5.º é que deve ser alterado, já que os seus parágrafos são mantidos e acrescidos de mais um.

Parece-me, de outra parte, que o parágrafo único sugerido ao art. 14, como que se choca com este. Desse modo, o parágrafo deve ser o artigo. Como diz

(\*) Publicado por ter sido omitido do DCN nº 142, de 15 de novembro de 1977.

## EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA  
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES  
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO  
Diretor Industrial

PAULO AURELIO QUINTELLA  
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

## Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 200,00  
Ano ..... Cr\$ 400,00

## Via Aérea:

Semestre ..... Cr\$ 400,00  
Ano ..... Cr\$ 800,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00

Tiragem: 3.500 exemplares

a Exposição de Motivos, o que se busca é "excluir das exigências da Lei n.º 6.360, de 1976, aplicáveis aos produtos licenciados anteriormente à sua vigência, após completarem o decênio de validade..." Este parágrafo deve, com outra redação, substituir o art. 14.

Quanto à emenda apresentada, o meu parecer é contrário. Não se justifica a supressão das expressões "sobejamente conhecida, a critério do Ministério da Saúde". O sobejamento conhecido se impõe e a critério do Ministério da Saúde, através o seu órgão próprio de fiscalização.

Assim sendo, sou pela aprovação do projeto que acompanha a Mensagem n.º 385 do Senhor Presidente da República, nos termos de um substitutivo, com a rejeição da emenda.

## SUBSTITUTIVO

Altera a Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, nas partes que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O caput do art. 5.º da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5.º Os produtos de que trata esta Lei não poderão ter nomes ou designações que induzam a erro."

Art. 2.º O art. 5.º da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo:

"§ 4.º Sem prejuízo do disposto neste artigo, os medicamentos contendo uma única substância ativa, sobejamente conhecida, a critério do Ministério da Saúde, e os imunoterápicos, drogas e insumos farmacêuticos, deverão ser identificados pela denominação constante da Farmacopéia Brasileira, não podendo, em hipótese alguma, ter nomes ou designações de fantasia."

Art. 3.º O artigo 14 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. Ficam excluídos, das exigências previstas nesta Lei, os nomes ou designações de

fantasia dos produtos licenciados e industrializados anteriormente à sua vigência."

Art. 4.º O item I, do artigo 16 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. ....

I — que o produto obedeça ao disposto no artigo 5.º, e seus parágrafos."

Art. 5.º É revogado o parágrafo único do artigo 16 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1977. — Deputado Fábio Fonseca, Presidente — Senador Ruy Santos, Relator — Deputado Wilson Falcão — Deputado Wilmar Guimarães — Deputado Nunes Rocha — Deputado Pedro Lucena — Deputado Odemir Furlan, com restrições. — Senador Saldanha Derzi — Senador Augusto Franco — Senador Cattete Pinheiro — Senador Lourival Baptista — Senador Henrique de La Rocque — Senador Renato Franco — Senador Ruy Santos — Senador Adalberto Sena — Senador Evandro Carreira — Senador Benjamim Farah.

(\*\*) PARECER Nº 194, DE 1977 (CN)

Da Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 23, de 1977-CN, que "autoriza a Petrobrás Química S.A. — PETROQUISA, a, nas condições que estabelece, participar do capital de outras sociedades".

Relator: Senador Virgílio Távora

O Projeto ora sob exame desta Comissão Mista objetiva permitir à Petrobrás Química S.A. — PETROQUISA — participar do capital de outras sociedades, para o exercício de atividades previstas nos seus estatutos sociais.

A PETROQUISA, como subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS —, está empenhada, presentemente, na implantação e desenvolvimento dos pólos petroquímicos existentes no País.

(\*\*) Publicado nessa edição, por ter sido omitido no DCN nº 142, de 15 de novembro de 1977.

No entanto, por força da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "dispõe sobre as sociedades por ações", a participação no momento solicitada depende de autorização legislativa, nos termos do parágrafo 1.º do art. 237, como segue:

"Art. 237. ....

§ 1.º A companhia de economia mista somente poderá participar de outras sociedades quando autorizada por lei ou no exercício de opção legal para aplicar Imposto de Renda em investimentos para o desenvolvimento regional ou setorial."

A participação da PETROQUISA em outras empresas já existentes ou a constituir, conforme a Exposição de Motivos do Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, que acompanha a Mensagem do Poder Executivo ao Congresso Nacional, "é da própria essência e natureza da mencionada subsidiária, atuando como empresa holding". Isso porque, seja essa participação minoritária, ou até mesmo majoritária, o seu objetivo central é, na verdade, "assegurar uma adequada estrutura de recursos para a viabilização dos empreendimentos em causa".

Ampliando o ângulo de análise, cabe enfrentar uma outra questão, que diz respeito à intervenção do setor público na economia.

Recentemente, na sessão de abertura da IV Conferência das Classes Produtoras, o General Ernesto Giesel teve a oportunidade de situar com precisão o papel do investimento governamental, quando observou o seguinte:

"Expandir as empresas governamentais nos setores próprios, como energia, comunicações, transporte rodoviário, transporte ferroviário, é bom para o setor privado.

E é bom para a economia nacional."

Para evitar a ocorrência do contrário dessa decisão, é que, a seguir, S. Ex.ª observou a necessidade de serem adotadas "medidas de controle, inclusive sujeitando as empresas governamentais a limites anuais de investimentos e a um exame, caso a caso, de novos projetos ou de criação de empresas subsidiárias".

O modelo brasileiro de crescimento econômico optou pelo mercado, atuando o setor público, subsidiariamente, na infra-estrutura, de modo a oferecer economias externas aos investimentos privados, os quais, numa economia onde é escasso o fator capital, necessitam de estímulos indiretos para que sejam decididos.

É clara a estratégia do modelo, razão por que não vemos, no Projeto de Lei n.º 23, de 1977-CN, que em última análise objetiva ampliar a participação do setor público na economia, de forma pragmática e concreta, quaisquer óbices a que prossiga tramitando. Portanto, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1977. — Deputado Nasser Almeida, Vice-Presidente, no exercício da Presidência — Senador Virgílio Távora, Relator — Deputado José Haddad — Senador Murilo Paraiso — Senador Jarbas Passarinho — Senador Heitor Dias — Senador Itamar Franco — Deputado Humberto Lucena — Senador Dirceu Cardoso — Senador Cattete Pinheiro — Senador Luiz Cavalcante — Senador Domicio Gondim.

## PARECER Nº 198, DE 1977-CN

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 25, de 1977 (CN), que "altera o Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho, e dá outras providências".

Relator: Deputado João Alves

A Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 25, de 1977 (CN), que "altera o Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho, e dá outras providências", aprova o Parecer do Relator, favorável ao Projeto, acolhendo as Emendas de nºs 1, 6, 20 e 37-R; com subemendas às Emendas nºs 2, 9, 11, 18, 19 e 34, e pela prejudicialidade das demais. Aprova, ainda, as Emendas nºs 25 (em parte, com redação complementar dos membros da Comissão) e 27, em virtude dos destaques oferecidos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 1977. — Senador Adalberto Sena, Presidente — Deputado João Alves, Relator — Senador Jarbas Passarinho — Senador Virgílio Távora — Senador Saldanha Derzi — Senador Cattete Pinheiro — Senador Itálvio Coelho — Senador Cunha Lima — Deputado Ruy Brito — Senador Heitor Dias — Deputado Wilmar Pontes — Deputado Fábio Fonseca — Deputado Walter de Castro — Senador Ruy Santos — Deputado Jaison Barreto, vencido — Deputado Athlé Coury — Senador Lourival Baptista.

## PARECER DO RELATOR, DEPUTADO JOÃO ALVES

Relator: Deputado João Alves

Pela Mensagem nº 409, de 24 de outubro de 1977, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei que "altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho, e dá outras providências".

Acompanha a Mensagem Presidencial minuciosa Exposição de Motivos do Ministro de Estado do Trabalho em que S. Ex.ª esclarece ser a matéria mais um Capítulo extraído do anteprojeto de Atualização da Consolidação das Leis do Trabalho, elaborado pela Comissão Interministerial, para esse fim constituída.

Lido o projeto na sessão do Congresso Nacional de 1º de novembro último, foi, logo após, constituída a seguinte Comissão Mista incumbida do seu estudo e parecer:

Senadores	Deputados
ARENA	
1 — Cattete Pinheiro	1 — Adhemar Guisi
2 — Itálvio Coelho	2 — Luiz Rocha
3 — Jarbas Passarinho	3 — João Alves
4 — Lourival Baptista	4 — Luiz Fernando
5 — Heitor Dias	5 — Vilmar Pontes
6 — Ruy Santos	6 — Osmar Leitão
7 — Saldanha Derzi	
8 — Virgílio Távora	
MDB	
1 — Adalberto Sena	1 — Walter de Castro
2 — Cunha Lima	2 — Athlé Coury
3 — Gilvan Rocha	3 — Ruy Brito
	4 — Jaison Barreto
	5 — Fábio Fonseca

No dia 3 de novembro, a Comissão reuniu-se, elegendo Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os eminentes Senadores Adalberto Sena e Cattete Pinheiro. Na mesma ocasião fui designado Relator da matéria.

De acordo com as normas regimentais, ficaram estabelecidos os seguintes prazos para a tramitação do projeto: de 4 a 11 de novembro, para a apresentação de emendas; até 22 de novembro para discussão e votação nesta Comissão, prazo este prorrogado até o dia 25, ficando o dia 7 de março de 1978 como término do exame da proposição pelo Congresso Nacional.

O projeto é mais uma etapa da reformulação global por que passa a nossa velha Consolidação, em decorrência de sucessivas alterações ocorridas nestes últimos 30 anos. A opção governamental de propor a atualização por segmentos nos parece ser da melhor valia — apesar dos curtos prazos destinados ao Congresso Nacional para sua apreciação — pois, de outra forma, face ao imenso volume de trabalho, por força do interesse natural dos Srs. Congressistas de participarem de sua elaboração, seria enorme o tempo despendido, levando talvez anos para um acurado exame da matéria total, em prejuízo das classes trabalhadoras.

O Capítulo ora em exame é, sem dúvida, dos mais controvertidos, despertando por parte dos críticos e especialistas do Direito do Trabalho as mais diversas opiniões. De outro lado, voltado que é para a segurança do trabalhador, quer sob o aspecto da prevenção de acidentes, quer no que diz respeito à medicina do trabalho, seus dispositivos assumem vital importância quando, sobrepondo-se ao contrato, criam regras que vinculam empregadores e empregados, submetendo-os ao seu império por força do princípio estatuído pelo artigo 165 — IX da Constituição.

É no resguardo desse princípio, qual seja, o de assegurar ao trabalhador toda proteção à sua vida e saúde no desempenho de suas tarefas, que o Ministro do Trabalho, na Exposição de Motivos, dá conta das medidas que ultimamente têm sido tomadas. Lembra S. Ex<sup>a</sup>, por exemplo, o que já foi feito no campo da formação e da preparação, "através de convênios com universidades, instituições de ensino e entidades especializadas, de técnicos em segurança, higiene e medicina do trabalho".

"Foram formados, até dezembro de 1976, mais de 46.000 técnicos, entre engenheiros de segurança, médicos do trabalho, enfermeiros e auxiliares de enfermagem do trabalho e supervisores de segurança do trabalho."

"Além desses técnicos, desenvolveu o Ministério do Trabalho o treinamento de mais de 15.000 dirigentes sindicais e trabalhadores sindicalizados dos setores urbano e rural em curso básico de prevenção de acidentes do trabalho."

Tais números, realmente, impressionam, e dão a dimensão exata da importância do problema. Vale recordar que, paralelamente a essa messe de novos técnicos, vêm atuando, desde os idos da vigência da Consolidação, as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) no âmbito das empresas que possuem mais de 100 empregados.

Tanto esforço, obviamente, haveria que render saldo positivo. Apesar de ainda ser avultado o número de acidentes, especialmente na área da construção civil, puderam as estatísticas demonstrar que, em relação a 1975, houve em 1976 uma redução de 21% nas ocorrências, mesmo tendo-se em conta a elevação da mão-de-obra em atividade.

Se em termos percentuais tais índices são alentadores, causa-nos tristeza saber que ainda ocorreram, naquele período, 459.140 acidentes, dos quais 632 resultaram na perda da vida do trabalhador.

Isso vem demonstrar que muito esforço há, ainda, que despende e o caminho, sem dúvida, será aperfeiçoar cada vez mais a norma legal, criando novas situações que forcem tanto o empresário quanto o trabalhador a adotarem providências de salvaguarda da vida e da saúde.

O projeto em apreciação, ao par de várias inovações de relevo, tende a simplificar a legislação em vigor, tornando-a mais objetiva. Voltando à Exposição de Motivos, vemos que "evitou-se imposições

legais excessivamente casuísticas, deferindo-se às normas de menor hierarquia a pormenorização do comando legal, de modo a torná-lo, tanto quanto possível, adaptado às diferentes situações de trabalho".

Dentre as inovações propostas, acentua o Ministro do Trabalho, sobreleva a que concerne

"ao restabelecimento do direito do trabalhador de receber os adicionais de insalubridade e de periculosidade desde a inclusão da respectiva atividade nos quadros a respeito aprovados. Evidentemente, esse ressarcimento estará sujeito à prescrição bial; mas, porque a regra sugerida importa na revogação do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968, esclareceu-se, em disposição transitória, que ele terá por limite a data da vigência da lei ora proposta. Releva ponderar, a propósito, que o pagamento dos adicionais somente a partir do ajuizamento da reclamação na Justiça do Trabalho tem sido criticado tanto pela jurisprudência como pela doutrina, havendo mesmo pronunciamentos no sentido da sua inconstitucionalidade. Das 1.064 sugestões recebidas no curso da revisão da CLT e da sua legislação complementar, foi este o tema que reuniu o maior número de críticas, especialmente das entidades sindicais."

Ora, este seria talvez um dos aspectos mais cruciais do problema da higiene e segurança do trabalho. Sobem às centenas as proposições legislativas, tanto de iniciativa dos Srs. Deputados quanto dos Srs. Senadores, visando a corrigir as graves distorções criadas pelo citado Decreto-lei, cujo artigo 4º foi até objeto de Representação de Inconstitucionalidade, acolhida pelo Supremo Tribunal Federal.

Realmente, descabida era a condição imposta pela referida norma, segundo a qual o direito ao adicional de insalubridade-fluiu a partir da data do ajuizamento da Reclamação. Ora, tal condição nunca foi aceita, pacificamente pelos estudiosos do Direito do Trabalho. Como disse um eminente senador, em justificativa a projeto sobre o assunto, "fundar-se a exigibilidade de um direito no exercício da ação, é inverter um elementar princípio jurídico, qual seja o de que o direito adjetivo não pode criar o direito substantivo, mas, tão-somente, garantir ou assegurar o seu livre exercício".

Assim, em boa hora propõe o Executivo a revogação do mencionado Decreto-lei, fazendo com que o direito ao adicional de insalubridade, resguardados os prazos prescricionais, retroaja à data do início do trabalho naquelas condições ou da data da inclusão da respectiva atividade nos quadros a respeito aprovados.

Outra medida, das mais oportunas e valiosas, vem de ser incorporada ao Capítulo. Acatando sugestões das classes empresariais e dos trabalhadores, manifestadas em memoriais dirigidos à Comissão Interministerial, esta inseriu no novo texto prerrogativa aos Delegados Regionais do Trabalho para interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento que, à vista de laudo técnico, ofereça grave e iminente risco para o trabalhador.

Também o papel das CIPAs recebeu tratamento adequado no projeto, objeto, também, de sugestões partidas do Congresso Nacional consubstanciadas em projetos de lei. Assim, foi estatuída a garantia contra a despedida arbitrária dos representantes dos empregados naquelas Comissões, admitindo, apenas, quando fundada em motivos de falta grave ou de relevante interesse plenamente justificado.

Vale, por último, ressaltar que nova solução vem de ser dada à questão do exame médico do candidato a emprego. Até aqui este era um problema que se tornava verdadeira *via crucis* para o trabalhador, sempre carente de recursos para fazer, por sua conta, os exames clínicos e de laboratório exigidos pela empresa que lhe oferecia emprego. Aprovada a nova lei, tal dispêndio passará ao empregador que, direta ou indiretamente, deve possuir profissionais habilitados para esse fim. Lembra, a propósito, a Exposição de Motivos, que a nova exigência vigorará "pelo menos enquanto os serviços oficiais não se encontrem aparelhados para proporcionar, com rapidez e gratuitamente, esse exame".

Esses, alguns dos pontos de relevo que julgamos oportuno ressaltar. O projeto, porém, no seu todo, traz para a Consolidação das Leis do Trabalho e, portanto, para o trabalhador, numerosas outras providências do maior interesse, resguardando direitos, impondo deveres, regulando situações e dirimindo dúvidas que causavam negativa repercussão no meio social, sendo, por isso, motivo de atritos e desentendimento entre patrões e empregados.

Nós, que sempre dedicamos a maior atenção aos problemas ligados ao trabalhador brasileiro, estamos certos de que as medidas aqui propostas, com os aperfeiçoamentos que os ilustres membros desta Casa ofereceram através de suas emendas, se constituem num grande avanço no campo da segurança e medicina do trabalho.

Ao projeto foram oferecidas as seguintes emendas:

Parlamentares	Números das emendas
Deputado Adhemar Ghisi	12, 16, 28, 30, 31, 35.
Deputado Alípio Carvalho	6, 18, 29.
Deputado Athiê Coury	5, 24, 34.
Senador Franco Montoro	7.
Deputado Ruy Brito	1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 13, 13-A, 14, 15, 16-A, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 30-A, 32, 33, 36.
Deputado Wilmar Dallanhol	26.

#### EMENDA Nº 1

Dê-se ao artigo 154 a seguinte redação

"Art. 154. A observância, em todos os locais de trabalho, do disposto neste Capítulo, não desobriga as empresas do cumprimento de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou Municípios em que se situem os respectivos estabelecimentos, bem como daquelas oriundas de convenções coletivas de trabalho."

#### Justificação

As convenções coletivas de trabalho adquirem cada vez maior importância nas relações entre empregados e empregadores. A presente sugestão visa garantir, por parte das empresas, o cumprimento dos acordos coletivos relativos à matéria, do mesmo modo como se faz em relação aos códigos de obras e regulamentos sanitários.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

#### EMENDA Nº 2

Acrescente-se ao artigo 156 o seguinte item:

"III — impor as penalidades cabíveis por descumprimento das normas constantes deste Capítulo."

#### Justificação

As Delegacias Regionais do Trabalho têm a atribuição de fiscalizar o cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, determinação de obras e reparos que se façam necessários e mesmo interdição de máquinas ou equipamentos que apresentem riscos para o trabalhador, dentro do texto legal original. Necessitam, porém, da força legal necessária para que possam atuar de forma eficaz.

Deixando-se o projeto em questão sem a emenda ora apresentada, teremos uma "lei branca", sem nenhum resultado prático e objetivo.

Acreditamos que a presente proposição vem de encontro à intenção do redator do projeto, cujo lapso procuramos corrigir.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

#### EMENDA Nº 3

Suprima-se o parágrafo único do Art. 158.

#### Justificação

O conteúdo do parágrafo único do Art. 158 do Projeto é perfeitamente dispensável, na medida em que, além da expressão "ato faltoso" ser subjetiva e dúbia é estranha ao Direito do Trabalho, podendo, conseqüentemente, gerar interpretações perigosas.

Saliente-se que o poder de arbítrio e disciplina próprio do empregador já é suficiente para coibir os indisciplinados que, por ventura, se recusem injustificadamente ao uso de equipamentos de segurança, ou para colaborar com a empresa na aplicação e cumprimento das normas de higiene e segurança do trabalho.

Esse poder de comando da empresa, aliás, tem sido seguidamente reconhecido pela Justiça do Trabalho, ao manter punições aplicadas por empregadores a empregados, em caso de recusa de uso de equipamentos de segurança.

Eis os motivos principais que nos levam a sugerir a supressão do dispositivo sob apreciação.

Sala das Comissões em 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

#### EMENDA Nº 4

Acrescente-se ao Art. 158 mais três incisos, III, IV e V, com a seguinte redação:

"III — Recusar o trabalho em máquina ou equipamentos defeituosos que coloquem em risco sua segurança;

IV — Recusar atividade ou função para a qual não recebem o necessário treinamento;

V — Considerar rescindido o contrato de trabalho, sem prejuízo das indenizações legais, quando o empregador deixar de cumprir norma de higiene e segurança do trabalho".

#### Justificação

Os acréscimos ora sugeridos visam munir o empregado de instrumentos capazes de evitar que exigências arbitrárias prejudiquem sua condição de hipossuficiente.

A prática tem demonstrado que, não raro, o trabalhador é obrigado a desempenhar sua atividade profissional com máquinas ou equipamentos defeituosos, expondo-os a condições subumanas de segurança, contribuindo, desta forma, para o aumento de acidentes em nosso País.

Outro aspecto da proposta tem por objetivo, de igual modo, proteger o empregado contra possíveis iniciativas dos empregadores em obrigar seus empregados a desempenhar atividades em máquinas sofisticadas e que acarretam situações de perigo, sem o necessário treinamento.

Por fim, deve ser concedido ao empregado o direito de rescindir seu contrato de trabalho, sem prejuízo da indenização a que fizer jus, em caso de o empregador obrigá-lo a desempenhar atividade laboral em caso de descumprimento de quaisquer normas de higiene, medicina e segurança do trabalho.

Sala das Comissões em 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

#### EMENDA Nº 5

Imprima-se ao art. 159 a redação que se segue:

"Art. 159. Mediante convênio autorizado pelo Ministro do Trabalho, poderão ser delegadas a outros órgãos federais, estaduais ou municipais atribuições de orientação e fiscalização às empresas quanto ao cumprimento das disposições constantes deste Capítulo.

**Justificação**

O art. 159, consoante a redação constante da iniciativa de lei do Poder Executivo, encontra-se concebido nestes termos:

"Mediante convênio autorizado pelo Ministro do Trabalho, poderão ser delegadas a outros órgãos federais, estaduais ou municipais atribuições de orientação às empresas quanto ao cumprimento das disposições constantes deste Capítulo."

Nossa Emenda, então, como se conclui do cotejo de ambos os textos, cinge-se a inserir, depois da palavra "orientação", a expressão "e fiscalização".

Presentemente, o art. 157 da CLT determina, *verbis*:

"A fiscalização do cumprimento das disposições deste Capítulo compete ao Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho (DNSHT), às Delegacias Regionais do Trabalho e, supletivamente, mediante autorização do Ministro do Trabalho, a outros órgãos federais, estaduais e municipais."

A proposição governamental que intenta declaradamente atualizar a CLT, e melhorar as condições de atuação do Trabalhador, ao empregar, no texto do art. 159 proposto, a palavra "orientação", "data venia", diminui enormemente as possibilidades de assegurar ao Trabalhador o cumprimento das normas de Higiene e Segurança do Trabalho, emanadas do próprio Ministério do Trabalho, de vez que os órgãos que venham a celebrar convênio para esse fim estarão despojados de autoridade para impor seu cumprimento.

Os Estados convenientes, ou que vierem a sê-lo, verão seus médicos do trabalho e engenheiros de segurança praticamente impedidos de entrar nas empresas, porque desprovidos dos poderes que a fiscalização outorga, pois a orientação simplesmente, como proposta, não tem força de execução.

Releva acentuar, a propósito da procedência da presente Emenda, que nos Quadros do Ministério do Trabalho figuram apenas 45 médicos de trabalho e 27 engenheiros de segurança, números sem nenhuma significação para proceder à fiscalização técnica e científica das condições de higiene e segurança do trabalho, no País inteiro, em toda a extensão de sua continentalidade.

De considerar-se, ainda, que os profissionais especializados e capacitados, do setor, nos quadros estaduais, terão ensejo, com a conversão desta iniciativa em texto celetista, de cooperar validamente nessa fiscalização.

No caso, por exemplo, de São Paulo, onde se deparam com 50% das atividades laborais que terão de ser fiscalizadas — cerca de 700.000 empresas (!) — o Ministério do Trabalho dispõe apenas de 8 médicos e 5 engenheiros, e onde o Governo Estadual admitiu para cumprimento do convênio que firmou com o Ministério 225 médicos do trabalho, 225 engenheiros de segurança e 75 supervisores de segurança, teríamos desaproveitada a fiscalização sábia e criteriosa de todo esse considerável contingente de técnicos especializados, se mantida fosse a redação oferecida na proposta executiva.

Além do mais, a vida e a integridade física do Trabalhador ficariam desprovidas de uma segurança adequada, se a fiscalização das condições de higiene não se fizesse por médicos e engenheiros especializados, com autoridade para impor o respeito das normas pertinentes, ditadas pelo Ministério do Trabalho.

Produzidos os fundamentos da presente Emenda, confiamos venha ela a colher a atenção de que necessita, de Deputados e Senadores, para sua transubstanciação em complemento do texto do art. 159 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 1977. — Deputado Athiê Jorge Coury.

**EMENDA Nº 6**

Dê-se ao artigo 159 do projeto de lei a seguinte redação:

"Art. 159. Mediante convênio autorizado pelo Ministro do Trabalho, poderão ser delegadas a outros órgãos federais,

estaduais ou municipais atribuições de fiscalização ou orientação às empresas quanto ao cumprimento das disposições constantes deste Capítulo."

**Justificação**

Existem, atualmente, Convênios em vigor firmados com o Ministério do Trabalho, com base no artigo 157 da Consolidação das Leis do Trabalho, dentre os quais destacamos o vigente com o Estado de São Paulo, para fiscalização das normas de segurança e medicina do trabalho.

Esse Convênio tem-se revelado da maior eficácia contribuindo de maneira sensível na prevenção de acidentes do trabalho, tendo o Governo do Estado de São Paulo, para essa finalidade, contratado no ano de 1976, 225 médicos do trabalho e 225 engenheiros de segurança.

Seria de todo inconveniente que esses profissionais, especializados no assunto, fossem afastados da atual função de fiscalização, decorrente do Convênio firmado em 30 de janeiro de 1967, por força do novo tratamento dado à matéria, nos termos do artigo 159 do projeto de lei, que restringiria as atividades desses profissionais à atribuições de orientação.

Com a aprovação da Emenda seria mantida a faculdade atualmente vigente — Convênios para fiscalização das normas de segurança e medicina do trabalho —, podendo o Ministério do Trabalho continuar a contar com a colaboração desses inúmeros profissionais que atualmente se dedicam às atividades de fiscalização.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 1977. — Deputado Alípio Carvalho.

**EMENDA Nº 7**

Dê-se ao art. 159 a seguinte redação:

"Art. 159. Mediante convênio autorizado pelo Ministério do Trabalho poderão ser delegadas a outros órgãos federais, estaduais ou municipais atribuições de orientação e fiscalização das empresas quanto ao cumprimento das disposições constantes deste Capítulo."

**Justificação**

A emenda ora oferecida à apreciação da Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 25, de 1977 - CN, que "altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho", consubstancia sugestão do Exmº Sr. Secretário de Estado de Relações do Trabalho, do Estado de São Paulo, Sr. Jorge Maluly Netto, que não esconde sua apreensão diante da perspectiva de o art. 159 passar a vigorar com a redação que lhe está sendo dada pelo projeto, pelos motivos e argumentos que a seguir reproduzimos.

A nova redação dada ao art. 159, pelo Projeto do Executivo, retira aos técnicos a autoridade para impor as soluções necessárias à defesa do trabalhador, pois, muito poucos empresários serão sensíveis à orientação, que é voluntária, enquanto que a fiscalização, exercida nos termos do art. 157, CLT, ora em vigor, com seus corolários de notificação e autuação, impõe uma autoridade a médicos e engenheiros que facilita a sua nobre missão de preconizar as medidas necessárias de medicina e engenharia capazes de trazer ao trabalhador nacional um mínimo de segurança e higiene, compatível com o nosso desenvolvimento cultural e a nossa formação cristã.

Aceita a emenda aqui sugerida, não só se estará sanando a falha apontada, como alcançando uma forma eficaz de economia para o erário federal, já que os profissionais serão mantidos pelos próprios governos estaduais.

O Estado de São Paulo, por exemplo, com cerca de 50% da mão-de-obra nacional — só segurados do INPS são mais de sete milhões de trabalhadores — poderia e poderá atingir um melhor índice de atendimento à classe trabalhadora, com médicos e engenheiros, em suas respectivas esferas de atuação, mantendo, em qualidade e

quantidade, uma fiscalização muitíssimo superior à federal que, no momento, só dispõe de 45 médicos do trabalho e 28 engenheiros de segurança para todo o Brasil, dos quais apenas 5 médicos e 8 engenheiros lotados em São Paulo, para fiscalizar cerca de quinhentas atividades.

A experiência encorajadora obtida em São Paulo com os médicos e engenheiros admitidos (a Secretaria do Trabalho do Governo de São Paulo concursou e admitiu 225 médicos e 225 engenheiros, além de 75 supervisores de segurança, em atenção a dramático apelo do Presidente da República que considerara "vexatório" o índice nacional de acidentes de trabalho) mostra que, pela primeira vez na história da prevenção de acidentes naquele Estado, a curva de acidentes inverteu seu curso, resultando daí uma diminuição de cerca de 257 mil acidentes evitados, com uma expectativa de cerca de 300 mortes. Se levarmos em conta o custo direto e indireto do acidente, estimado pelo INPS por volta de Cr\$ 14.680,00, em média, por acidente, temos que a contribuição desse Estado resultou em evitar uma despesa de perto de três bilhões e setecentos milhões de cruzeiros, no ano de 1976.

E se acaso viesse a ser mantida a redação do art. 159, tal como consta do projeto original do Executivo, referindo-se à orientação, sem fiscalização, os médicos do trabalho e engenheiros de segurança já admitidos para prover os cargos criados pelo Governo de São Paulo ficariam impedidos, praticamente, de adentrar nas empresas.

Reitere-se que atender à orientação é voluntário, enquanto que a fiscalização, autorizando a notificação e a autuação, leva à obediência da lei.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1977. — Senador Franco Montoro.

#### EMENDA Nº 8

Dê-se ao artigo 159 a seguinte redação:

"Art. 159. Mediante convênio autorizado pelo Ministério do Trabalho, poderão ser delegadas a outros órgãos federais, estaduais ou municipais atribuições de fiscalização das normas de segurança e medicina do trabalho e de orientação das empresas quanto ao cumprimento das disposições constantes neste capítulo."

#### Justificação

A presente emenda acrescenta a possibilidade de realização de convênios para fiscalização das normas estabelecidas no presente capítulo. O que deve ser preservado é a qualidade da fiscalização. O órgão mais aparelhado para realizá-la adequadamente pode variar de local para local. É sabido, por exemplo, que a Secretaria de Relações do Trabalho de São Paulo recentemente contratou mais de 400 médicos e engenheiros do trabalho para implementar o convênio atualmente em vigor. A redação proposta pelo Executivo anularia esse convênio, com real prejuízo para a atividade de fiscalização e, conseqüentemente, para os trabalhadores, uma vez que a Delegacia Regional do Trabalho dispõe de quantidade muito inferior de profissionais categorizados.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

#### EMENDA Nº 9

Dê-se ao parágrafo primeiro do artigo 160 a seguinte redação:

"§ 1º Nova inspeção deverá ser feita quando ocorrer modificação substancial nas instalações ou nos equipamentos, que a empresa fica obrigada a comunicar, prontamente, à Delegacia Regional do Trabalho."

#### Justificação

É comum que as empresas, adquirindo novo equipamento, coloquem-no de imediato para funcionar, ainda sem as devidas proteções para o empregado. Mesmo em grandes empresas pode ocorrer lapso

de 5 ou 6 meses até que exista segurança na operação do maquinário. Isso se dá pelo alto custo do investimento e pelo desejo do empresário em colocar de imediato em operação o equipamento adquirido, mesmo com risco para os empregados. A exigência legal da obrigatoriedade da comunicação pela empresa de mudanças substanciais nos equipamentos facilitará a imediata interdição pelo Delegado Regional do Trabalho diante de uma denúncia.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

#### EMENDA Nº 10

Acrescente-se ao artigo 160 o seguinte parágrafo:

"§ 3º Cada estabelecimento deverá obter aprovação anual para funcionamento, comprovados o cumprimento das determinações legais referentes à segurança e higiene do trabalho, assim como o estado de conservação dos equipamentos de proteção e dispositivos de segurança."

#### Justificação

Tal medida se justifica pelo desgaste, acumulação de lixo, entupimentos dos encanamentos, que a empresa vai deixando para fazer quando vier o fiscal. Sabemos que os equipamentos se desgastam e conseqüentemente os dispositivos de segurança ficam debilitados, necessitando de vistoria periódica. A avaliação anual a que se verá submetida motivará as empresas a maior cumprimento das determinações legais referentes à segurança e higiene do trabalho.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

#### EMENDA Nº 11

Dê-se aos parágrafos 2º, 3º, e 4º do artigo 161 a seguinte redação

§ 2º A interdição ou embargo poderão ser requeridos pelo serviço competente da Delegacia Regional do Trabalho, e, ainda, pelo Presidente e Vice-Presidente das CIPAs, por agente da inspeção do trabalho ou por entidade sindical, devendo o Delegado Regional, com base em laudo técnico, deferir ou não o requerimento, no prazo de 10 dias, sob pena de responsabilidade administrativa.

§ 3º Da decisão do Delegado Regional do Trabalho poderão os interessados recorrer, no prazo de 10 (dez) dias, para o órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho "sem efeito suspensivo".

§ 4º Responderá pelo crime previsto no art. 203 do Código Penal quem ordenar ou permitir o funcionamento do estabelecimento, de um de seis setores, a utilização de máquina ou equipamento, ou o prosseguimento da obra, após determinada a interdição ou embargo, sem prejuízo das penas previstas para os crimes contra a pessoa, no que se aplicar."

#### Justificação

a) § 2º — Afigura-se aconselhável atribuir também ao Presidente e Vice-Presidente da CIPA a atribuição de requererem a providência de que trata o parágrafo, porque os mesmos pelas funções que ocupam são os primeiros a tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou descumprimento das normas legais. A fixação do prazo de 10 (dez) dias objetiva acelerar as decisões que costumam se arrastar indefinidamente no burocrático funcionamento das repartições públicas.

b) § 3º — Os recursos administrativos têm solução extremamente demorada, arrastando-se por vezes, durante anos, enquanto os trabalhadores continuariam expostos aos efeitos agressivos ou perigosos do estabelecimento infrator.

c) § 4º — A referência ao art. 203 do Código Penal objetiva da maior clareza ao texto legal. O acréscimo *in fine*, objetiva eliminar possíveis dúvidas sobre se o infrator responderia ou não, também, pelas penas previstas contra a pessoa, no que se aplicar.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.



## EMENDA Nº 12

O parágrafo único do art. 163 da CLT, modificado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 25/77-CN, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. O Ministério do Trabalho regulamentará as atribuições, a composição e o funcionamento das CIPAs no prazo de 90 (noventa) dias a contar da vigência desta Lei."

## Justificação

Acreditamos ser útil a fixação de um prazo para a regulamentação das CIPAs, que têm prestado inestimável serviço no setor de prevenção de acidentes. Trata-se de organismo responsável, dentre outras, pelo declínio do número de acidentes do trabalho. Sua regulamentação impõe-se com a maior presteza.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1977. — Deputado Adhemar Ghisi.

## EMENDA Nº 13

Dê-se ao artigo 163 a seguinte redação:

"Art. 163. Será obrigatória a constituição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), de conformidade com instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, em todos os estabelecimentos ou locais de obra, independentemente do número de empregados.

§ 1º O Ministério do Trabalho regulamentará as atribuições, a composição e o funcionamento das CIPAs.

§ 2º O número de representantes da CIPA variará de acordo com o número de empregados, com representação proporcional de cada seção da empresa, e nas empresas com 10 (dez) ou menos empregados, terá dois representantes, um dos empregados e um do empregador.

## Justificação

A portaria atualmente em vigor estabelece que a empresa com mais de 100 empregados deverá constituir a CIPA. A justificação de motivos da presente proposta apresentada pelo Ministério do Trabalho esclarece que esse número foi reduzido para 50, o que é uma decisão acertada, embora ainda insuficiente. Eis que, pelas conhecidas dificuldades financeiras que enfrentam, as empresas de pequeno porte geralmente deixam de fazer os investimentos necessários para garantir a segurança do empregado. Não há porque estabelecer que as CIPAs se constituirão apenas nos estabelecimentos com mais de 50 empregados. A fiscalização exercida através da CIPA é necessária nas empresas de todo porte, e é importante nas empresas pequenas pelo motivo acima exposto. Daí a presente proposta.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

## EMENDA Nº 13 — A

Dê-se ao § 2º do art. 164 a seguinte redação:

"§ 2º Os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, em data marcada pela empresa com 10 (dez) dias de antecedência e devidamente divulgada, garantindo também um prazo para inscrição de candidaturas. Dessa eleição participarão, com preferência aos sindicalizados, todos os empregados da empresa".

## Justificação

Na recente Portaria Ministerial nº 3.456, de 3 de agosto de 1977, do Ministério do Trabalho, em que se estabeleceu novas normas para a constituição das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes — CIPAs, consta no art. 4º que, "os representantes dos em-

pregados serão eleitos, em escrutínio secreto, dentre os elementos preferencialmente sindicalizados".

Essa preferência pelos trabalhadores sindicalizados representa um avanço social em relação aos textos legais anteriores e, portanto, deve ser transposta para a legislação consolidada.

Cumpra salientar que não se está tolhendo a liberdade e livre vontade de sindicalização, mas apenas dando preferência aos sindicalizados, fato já reconhecido como válido e necessário, consoante, aliás com o *caput* do art. 544 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe:

"Art. 544. É livre a associação profissional ou sindical, mas ao empregado sindicalizado é assegurada em igualdade de condições, preferência".

Vem então, a seguir, uma série de casos em que o empregado sindicalizado tem preferência sobre os não sindicalizados.

Desta forma, a preferência sugerida tem o objetivo de dar realce à condição de sindicalizado do trabalhador, sem prejuízo, obviamente, dos demais empregados.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

## EMENDA Nº 14

Dê-se ao *caput* do art. 164 e ao seu parágrafo 3º a redação abaixo; acrescenta-se os parágrafos 6º, 7º e 8º.

"Art. 164. Cada CIPA será composta partidariamente de representantes da empresa e dos empregados, de acordo com os critérios que vierem a ser adotados na regulamentação de que trata o parágrafo único do artigo anterior.

§ 3º O mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de três anos.

§ 6º A relação dos candidatos a cargos da CIPA, bem como a relação dos votantes será enviada à Delegacia Regional do Trabalho e à entidade sindical.

§ 7º A CIPA deverá reunir-se uma vez por mês, no horário e local de trabalho. A Ata, a ser obrigatoriamente lavrada, além de ser afixada em local acessível, deverá ser exibida a qualquer empregado interessado, sempre que isso for solicitado.

§ 8º A CIPA deverá remeter mensalmente à Delegacia Regional do Trabalho e ao órgão sindical a documentação referente às suas atividades."

## Justificação

A presente proposta, fruto do debate com dirigentes sindicais e com trabalhadores, tem por objetivo garantir o atendimento dos objetivos pelos quais a CIPA foi criada. É sabido que na maioria das empresas o funcionamento da CIPA é uma mera formalidade, principalmente pela ausência das garantias necessárias para os representantes dos trabalhadores. Esse fato é reconhecido pelo próprio Ministro do Trabalho em sua exposição de motivos. A par disso muitos empregadores recorrem a artifícios que impedem o bom funcionamento da CIPA, alguns dos quais serão impedidos com a adoção do texto proposto. Justificamos as modificações:

a) **composição partidária.** É uma característica essencial da CIPA, como órgão misto de prevenção de acidentes, integrada por representantes do empregador e dos empregados. Deve, portanto, estar expressa no texto da Lei e não deixada para regulamentação posterior;



**b) Secretaria da CIPA.** O empregador designará entre os seus representantes, o Presidente da CIPA, e o sindicato dos empregados indicará entre os seus representantes o Vice-Presidente e o Secretário;

**c) relação de candidatos e de votantes.** Essa providência tem por objetivo a fiscalização indireta das empresas que sistematicamente adotam represálias contra os empregados que denunciam os seus erros. A existência de uma eleição exporá os empregados que expuserem seu pensamento a risco de represália no caso de não serem eleitos. A vigência da atual lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dá ao empregador a possibilidade de despedir sem necessidade de justificativa alguma. Daí a presente proposta;

**d) lavratura de Ata:** Atividade democrática exige que qualquer atividade de representação possa ser submetida a exame e à crítica dos representados. A lei que determina essa representatividade seria incompleta sem essa exigência;

**e) informação dos órgãos competentes.** O acompanhamento das atividades das CIPA(s) pela Delegacia Regional do Trabalho e pelo Sindicato permitirá o acompanhamento à distância dos problemas de medicina e segurança do trabalho, possibilitando o aperfeiçoamento das normas gerais e dando melhores condições para a fiscalização direta do cumprimento das normas a que se refere este capítulo da Consolidação;

**f) duração do mandato.** Quanto ao § 3º, um ano é tempo suficiente apenas para uma tomada de contato com a realidade e para adaptação. Neste campo, é de suma importância a experiência adquirida no trato contínuo com o problema. O tempo de 3 anos, permitidas reeleições, é mais aconselhável, além de se harmonizar com o período dos mandatos de direção e de representação classista, atualmente de 3 anos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

#### EMENDA Nº 15

Dê-se ao artigo 165 a seguinte redação, eliminando-se o parágrafo único:

"Art. 165. Os titulares da representação dos empregados aos cargos da CIPA(s) gozarão de todas as garantias estabelecidas para o dirigente sindical do artigo 543 desta Consolidação."

#### Justificação

A necessidade de dar garantias especiais para os representantes dos empregados para que ele possa exercer adequadamente sua função é reconhecida pelo próprio Ministro na exposição de motivos que acompanha este Projeto de Lei. De fato, com a vigência do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço o empregador pode, como se sabe, despedir o empregado a qualquer momento, sem necessidade de justificar seu ato. Permitir que o empregador despeça o representante dos empregados a seu bel prazer é, realmente, condenar a CIPA a ser uma atividade inoperante, esvaziada de qualquer possibilidade de eficácia.

Embora reconhecida a necessidade de se impedir a despedida arbitrária, o texto proposto deixa tantas possibilidades de justificativa da demissão, que nega ao representante dos empregados a "necessária independência para o exercício do mandato eletivo". A aceitar-se a atual redação, o empregador terá apenas o trabalho de inventar uma justificativa, por exemplo, de ordem técnica no caso do empregado abrir reclamação na Justiça do Trabalho.

A Consolidação das Leis do Trabalho já possui, no artigo 543, texto em que esse mesmo problema da necessária estabilidade provisória por motivo de representação classista é enfrentado e resolvido. Não é necessário, portanto outro tipo de normatização. A

atividade de representação do dirigente sindical em tudo se assemelha à do representante dos empregados na CIPA, a não ser pela extensão dos problemas de que trata.

A exposição de motivos acima referida especifica a preocupação de evitar a estabilidade de emprego a que se refere o Capítulo VII do Título IV da Consolidação (artigos 492 a 500). A presente proposta de adoção das medidas protetivas estabelecidas no artigo 543 atende também ao desejo do Sr. Ministro, dando melhores garantias para o exercício da representação dos empregados na CIPA.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

#### EMENDA Nº 16

O parágrafo único do art. 165 da CLT, modificado pelo art. 1º do projeto de lei nº 25/77 - CN, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. Ocorrendo a despedida, caberá ao empregador, em caso de reclamação à Justiça do Trabalho — que terá prioridade perante os demais feitos trabalhistas — comprovar a existência de qualquer dos motivos mencionados neste artigo, sob pena de ser condenado a reintegrar o empregado."

#### Justificação

No caso do parágrafo único do art. 165, precisamos que o feito trabalhista decorrente de despedida arbitrária deva ter prioridade sobre os demais, prestigiando-se a ação do órgão, incentivando-se o trabalhador e prevenindo-se o acidente.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1977. — Deputado Adhemar Ghisi.

#### EMENDA Nº 16 - A

Acrescente-se ao Art. 166 três parágrafos, com a seguinte redação:

"§ 1º As especificações quanto à adequação e qualidade do equipamento de proteção individual, sua utilização e conservação constarão de norma do Ministério do Trabalho.

§ 2º A implantação de equipamentos de proteção individual (EPI), bem como a análise das condições ambientais no tocante à adequação de proteção geral, será de responsabilidade exclusiva de profissional devidamente habilitado e credenciado em segurança do trabalho ou em saúde ocupacional.

§ 3º As vestimentas especiais exigidas pela natureza do serviço ou pela empresa, deverão ser fornecidas gratuitamente aos empregados."

#### Justificação

§ 1º Até o presente momento a adequação, utilização e conservação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) é feita de formas diversas, sem que haja uniformidade técnicas suficientemente seguras. Daí porque entendemos que deve ficar bem explicitado, em normas próprias do Ministério do Trabalho, essas especificações e o modo de utilização.

§ 2º Devem ser evitados métodos e conceitos errôneos eventualmente emitidos por pessoas não habilitadas e que possam propiciar proteção inadequadas ou insuficientes ao trabalhador, ocasionando-lhe, desta forma, danos irreparáveis à sua saúde e, quem sabe, à própria produtividade da empresa.

§ 3º Há empresas que, dada a natureza de atividade ou da produção, exigem que seus empregados comprem e usem vestimentas especiais, não consideradas como de proteção individual.

Nesses casos, entendemos ser justo e lógico que essas vestimentas sejam fornecidas pelo empregador gratuitamente, pois não se concebe que se exija do empregado este tipo de instrumento de trabalho.

Sala das Comissões. — Deputado Ruy Brito.

## EMENDA Nº 17

Dê-se a seguinte redação ao § 4º, do artigo 168, acrescentando-se o § 6º.

“§ 4º O mesmo exame de que trata o § 1º acima será obrigatório por ocasião da cessação do contrato de trabalho, procedido por médico da indicação do empregado, por conta do empregador.

§ 6º O serviço médico das empresas em que o candidato a emprego venha a ser recusado por motivo de saúde, deverá fornecer atestado médico comprobatório de seu estado de saúde.”

## Justificação

A que aproveita ao empregador a realização de exames médicos no empregado por ocasião da cessação do contrato de trabalho? Se as condições de trabalho forem ruins, os exames sistematicamente acusarão deficiências provocadas pela permanência do empregado na empresa. Além do que o médico que faz o exame geralmente também é funcionário, que poderia ser ameaçado de represálias ou mesmo tolhido em seu exercício profissional pela empresa que, pela burla da legislação, estivesse prejudicando seus empregados. Daí a absoluta ineficácia do exame, se realizado por médico da empresa. Por outro lado um exame mal feito pode-se constituir em dificuldade complementar a se vencer no caso de manifestação de doença profissional quando da abertura de processo de indenização.

Por outro lado é bastante comum que o trabalhador que adquiriu uma doença profissional seja recusado no exame médico de outras empresas onde procura emprego. Muitas vezes ele deixa de receber o auxílio do INPS mas não consegue emprego. O fornecimento obrigatório, de atestados quando da recusa do candidato por motivo de saúde se constituirá numa prova a mais para o retorno do trabalhador à caixa do INPS.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

## EMENDA Nº 18

Acrescente-se ao artigo 168, um parágrafo com a seguinte redação:

“§ Para os integrantes de categorias denominadas avulsas, os exames de que tratam os §§ 1º e 3º, ficarão a cargo do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social — INAMPS.”

## Justificação

Da leitura do Projeto em referência, oriundo de mensagem do Poder Executivo, instituindo novas normas de Segurança e Medicina do Trabalho, em seu artigo 168, que estabelece a obrigatoriedade de exames médicos periódicos, observamos a referência somente à empregados, omitindo destaque inúmeras categorias de trabalhadores denominadas avulsas, tais como, estivadores, arrumadores, trabalhadores em capatazia, carregadores e ensacadores de café, sal, cacau e similares.

Referidos profissionais que operam os serviços de carga e descarga de mercadorias nos portos brasileiros, e nos armazéns localizados no interior dos Estados, dada a natureza do trabalho que executam, são os que mais carecem das normas estabelecidas no artigo, que visam prevenir e resguardar a saúde e o estado do trabalhador, uma vez que operando nos períodos diurno e noturno sofrendo as intempéries climáticas, sob os efeitos do sol e da chuva em ambientes por vezes quentes e outras vezes frios, transportam manualmente mercadorias com peso de 60 e mais quilogramas.

De tal sorte se desgastam esses trabalhadores, no exercício de suas atividades, que o Instituto Nacional de Previdência Social, após exame das condições em que trabalham os referidos profissionais, achou por bem incluí-los entre as categorias que exercitam trabalhos considerados insalubres, perigosos e penosos, conforme o caso,

concedendo-lhes o direito da Aposentadoria aos 25 anos de trabalho, a chamada aposentadoria especial.

A proposição envolve medidas do mais alto alcance social e humano, uma vez que, propondo medidas de prevenção e resguardo da saúde e do estado físico do trabalhador, traz como resultado lógico, maior tempo de vida e de trabalho do obreiro, maior produtividade em consequência do seu perfeito estado físico, contribuindo de forma eficiente para a economia dos dispêndios da Previdência Social, decorrente do pagamento de benefícios por incapacidade e acidente do trabalho, evitando graves problemas de ordem social, com a prematura incapacidade do trabalhador, constituindo-se dessa forma, em elemento valioso para o desenvolvimento nacional.

Os integrantes das categorias avulsas a que nos referimos, não são considerados empregados das empresas a que prestam serviços, uma vez que, fornecidos através das respectivas entidades sindicais, prestam serviços a várias empresas durante o mês, mas, não é justo que apenas por este motivo fiquem à margem dos benefícios instituídos pelo projeto em referência.

Assim, a emenda que ora propomos, fará justiça a uma ponderável parcela da massa obreira nacional, que com o seu labor contribui para o desenvolvimento do nosso País, razão porque esperamos mereça a mesma, a proverbial acolhida dos eminentes legisladores.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Alípio Carvalho.

## EMENDA Nº 19

Dê-se ao parágrafo único do artigo 171 a seguinte redação:

“Parágrafo único. O Delegado Regional do Trabalho poderá autorizar a redução desse mínimo, desde que atendidas as condições de iluminação e conforto térmico compatíveis com a natureza do trabalho.”

## Justificação

Para que seja eficaz o disposto no artigo 171, faz-se necessário que não fique simplesmente a critério do empregador a redução da altura mínima aqui estabelecida. É o motivo de nossa proposta.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

## EMENDA Nº 20

Dê-se ao artigo 177 a seguinte redação:

“Art. 177. Se as condições do ambiente se ornarem desconfortáveis em virtude de instalações geradoras de frio ou de calor, será obrigatório o uso de agasalhos ou de capas, anteparos, paredes duplas, isolamento térmico e recursos similares, de forma que os empregados fiquem protegidos contra as radiações térmicas.”

## Justificação

Trata-se de uma omissão do texto proposto, que não considera as situações de baixa temperatura a que pode estar submetido o empregado. A presente sugestão visa corrigir tal falha.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

## EMENDA Nº 21

Dê-se ao artigo 180 a seguinte redação:

“Art. 180. Somente profissional qualificado em órgão reconhecido pela Delegacia Regional do Trabalho poderá instalar, operar, inspecionar ou reparar instalações elétricas.”

## Justificação

Nem sempre as empresas tomam o devido cuidado na contratação de empregados para lidar com eletricidade, contentando-se, muitas vezes, com a anotação existente na carteira de empregos anteriores. Isso os empregados aos riscos inerentes à função sem a necessá-

ria habilitação profissional. É o que pretendemos evitar com a presente proposta.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

#### EMENDA Nº 22

Dê-se ao *caput* do art. 191 a seguinte redação, suprimidos os seus incisos:

"Art. 191. A eliminação da insalubridade ocorrerá com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância."

#### Justificação

A redação proposta resulta da supressão do inciso 2º do projeto, porque a experiência tem demonstrado ser muito discutível e duvidosa a eficácia dos equipamentos de segurança na eliminação dos agentes insalubres e agressivos que atingem o trabalhador.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

#### EMENDA Nº 23

Dê-se ao art. 192 a seguinte redação:

"Art. 192. O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) da totalidade da remuneração, segundo se classifiquem nos graus máximos, médio e mínimo."

#### Justificação

A incidência do percentual de adicional sobre a totalidade da remuneração, em vez de ser sobre o salário mínimo da região, conforme consta do Projeto, objetiva estimular as empresas a eliminarem, sempre que possível, as condições de insalubridade, que produzem os mesmos efeitos das condições de periculosidade, devendo a estas serem equiparadas para a aplicação do respectivo adicional.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

#### EMENDA Nº 24

Imprima-se ao § 1º do art. 193, a redação seguinte:

"§ 1º O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) calculado sobre o total da remuneração que perceber."

#### Justificação

O § 1º, do art. 193 encontra-se redigido nos termos abaixo:

O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário básico, como tal considerado o ajustado no contrato de trabalho, sem os acréscimos resultantes de outros adicionais compulsórios, gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

A iniciativa governamental propõe-se, declaradamente, a estender a proteção ao trabalhador, com vistas a assegurar-lhe maior tranquilidade no serviço, o que dará como resultado a elevação dos índices de produtividade.

Mas ao fixar sobre que incidiria os 30% do adicional de insalubridade — num lamentável desvio da orientação que presidiu a estruturação do projeto — espalhou a norma numa difusão inaceitável, ao estabelecer que seria sobre o salário básico, como tal considerado o ajustado no contrato de trabalho, sem os acréscimos resultantes de outros adicionais compulsórios, gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

São poucos os empregados que poderíamos enquadrar numa dessas hipóteses. Mas se os 30% dos adicionais não incidirem sobre a remuneração percebida pelo trabalhador, vai ser sobremaneira inexpressivo.

De acordo, pois, com o espírito que ditou os preceitos essenciais desta proposição do Poder Executivo, é de se acolher a presente Emenda, que vem ao encontro de lícitos interesses do trabalhador.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Athiê Jorge Coury.

#### EMENDA Nº 25

Dê-se ao § 1º do Art. 193 a seguinte redação:

"Art. 193. O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre a totalidade da remuneração."

#### Justificação

A redação do Projeto encerra um injustificável retrocesso, ao pretender restringir o adicional de periculosidade apenas sobre o salário básico.

Retrocesso porque o Art. 1º da Lei nº 2.573, de 15 de agosto de 1955 assegura a percepção desse adicional "sobre os salários que perceberam".

A emenda proposta objetiva evitar que uma lei que se pretende inspirada no objetivo de aperfeiçoar as condições de trabalho, acabe por prejudicar o trabalhador, impondo-lhe uma redução salarial, 22 anos após a vigência da já citada lei nº 2.573/55.

Sala das Comissões em 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

#### EMENDA Nº 26

Redija-se assim o art. da CLT.

Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma do Regulamento aprovado pelo Ministério do Trabalho, aqueles que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis, explosivos e eletricidade em condições de risco acentuado.

§ 1º (mantida a redação do PL 25/77).

§ 2º (mantida a redação do PL 25/77).

§ 3º Os trabalhadores que exercerem suas atividades em contato permanente em redes, linhas, subestações e usinas elétricas em condições de periculosidade terão direito ao adicional de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º Consideram-se como condições de periculosidade na eletricidade os riscos a que estão expostos os trabalhadores na construção, manutenção ou operação de usinas, subestações, linhas, redes ou equipamentos elétricos com tensão ou voltagem superior a 250 volts.

#### Justificação

Baseado em inegáveis razões de mérito, já na década dos 50, o Congresso Nacional aprovou legislação específica que instituiu salário adicional para os trabalhadores que exercem suas atividades em contato com inflamáveis, sujeitos, portanto, a condições de periculosidade, extranormais.

A Lei nº 2.573, de agosto de 1955, consubstanciou uma conquista de uma ponderável categoria profissional e pelo seu art. 4º abriu perspectivas e gerou esperanças em outras categorias, por igual ou até mais expostos aos riscos iminentes de seu trabalho.

Dentre estas encontram-se, sem dúvidas, os eletricitários.

Bastaria citar-se acidentes fatais ocorridos, periodicamente, em atividades do setor elétrico para evidenciar-se a justeza das medidas pleiteadas por considerável contingente de trabalhadores do País.

E é o próprio sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica e da Produção de Gás, do Rio de Janeiro, que

synetizando o pensamento da categoria — em Ofício de nº 442/71, de 5 de agosto de 1971, diz:

“Quase 16 anos são transcorridos do advento da Lei, e quase 15 anos da sua regulamentação, e a nenhuma outra categoria profissional foram estendidos os benefícios da Lei nº 2.573, e, note-se que durante todos estes anos a classe trabalhadora conheceu vários Governos que se diziam trabalhistas.

A viabilidade desta inclusão, todavia cogitada na Lei e na Regulamentação, pode e deve ser examinada, nesse passo. Com efeito por consubstanciar medida elementar de segurança do trabalho e de prevenção dos riscos iminentes, não poderia ela ficar adstrita ao item dos inflamáveis e explosivos.

*Os riscos da prestação, verificados em outros setores de atividade, já reclamam a extensão da medida, como preventivo para riscos excepcionais, os infortúnios constantes*

Nem se admitiria, em tema de relevância maior como é o da Segurança do Trabalho, medida cautelar a meias, favorecendo apenas uma atividade e desfavorecendo outras, o que poderia até mesmo, para os menos avisados, sugerir injusta discriminação.

Observe-se que, no tocante à insalubridade, tem sido intensa a colaboração legislativa e a atividade regulamentar de modo a que trabalhadores das mais diversas categorias e das mais diversas condições de trabalho possam usufruir o benefício. Neste particular, o item referente a Higiene de Trabalho, sobrelevou aquele pertinente a Segurança do Trabalho, quando ambos, em nosso modesto entender, deveriam merecer atenção igual.”

É sem dúvida assunto da maior gravidade e que está a exigir dos legisladores brasileiros uma decisão que venha corrigir a especificidade da lei. E o momento oportuno parece-nos é no exame do projeto de lei ora em exame pelo Congresso Nacional.

Sala das Comissões, Novembro de 1977. — Deputado **Wilmar Dallanhol**.

#### EMENDA Nº 27

Dê-se ao § 2º do Art. 195 a seguinte redação, acrescentando-se um parágrafo, com nº 3º, passando o parágrafo 3º do projeto a parágrafo 4º:

“§ 2º Arguida em juízo insalubridade ou periculosidade, seja por empregado seja por sindicato, independentemente de mandato, em favor de grupo de trabalhadores, associados ou não, o juiz designará perito habilitado na forma desse artigo e, onde não houver, requisitará perícia a órgãos competente do Ministério do Trabalho.

“§ 3º No seu laudo o perito, se concluir pela existência de insalubridade, deverá relacionar o nome de todos os empregados atingidos e a data na qual começaram a prestar serviços em condições insalubres.”

#### Justificação

§ 2º Como os trabalhadores sindicalizados ainda se constituem em minoria de cada categoria profissional, um processo restrito apenas aos sindicalizados poderia acarretar o risco de dispensa ou de perseguição, em detrimento desses trabalhadores, o que implicaria, finalmente, em desestímulo à sindicalização.

§ 3º Justifica-se a propositura, tendo em vista que o sindicato ao propor a ação, não terá condições de conhecer o nome de todos os empregados atingidos pela insalubridade.

Sala das Comissões em 11 de novembro de 1977. — Deputado **Ruy Brito**.

#### EMENDA Nº 28

O art. 195 da CLT, modificado pelo art. 1º do projeto de lei nº 25/77 - CN, passa a ter mais um parágrafo, a ser incluído após o parágrafo 2º, como parágrafo 3º, renumerando-se o atual parágrafo 3º como parágrafo 4º.

“§ 3º A arguição de insalubridade ou periculosidade, procedida nos termos do parágrafo anterior, terá absoluta prioridade no juízo onde for proposta.”

#### Justificação

A medida ora proposta justifica-se plenamente tendo em vista a morosidade de nossa Justiça.

A prioridade reclamada objetiva assegurar a tramitação judicial da alegação no menor período de tempo, com as vantagens óbvias em favor do trabalhador que esteja operando em condições desfavoráveis à sua segurança e saúde.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1977 — Deputado **Adhemar Ghisi**.

#### EMENDA Nº 29

O artigo 198 da Seção XIV Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, passa a figurar com a seguinte redação:

“Art. 198. É de 50 kg (cincoenta quilogramas) o peso máximo que um trabalhador pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher.”

#### Justificação

A emenda que ora propomos se coaduna plenamente com o título do art. 198 do Projeto, que trata da Prevenção da Fadiga.

Verificamos que as preocupações por nós há muito manifestadas poderão agora ser atendidas no presente projeto de lei, oriundo do Executivo, vindo-se assim de encontro à Resolução da OIT (Organização Internacional do Trabalho) aprovada na Convenção nº 127 é pelo Governo Brasileiro através do Decreto nº 662, de 30 de junho de 1969, que trata da redução de peso permissível a ser transportado individualmente pelo trabalhador.

Como se sabe, o limite de 60 quilos, estabelecido para o transporte manual, vem, de tempos remotos, inserido em nossa Consolidação das Leis do Trabalho, de maio de 1943. Sabe-se que nesse longo período, desenvolveram-se tecnicamente todos os setores da atividade humana, seja no Comércio, na Indústria e até mesmo no Campo, com a adoção de mecanismos que facilitaram e tornaram mais produtivo o trabalho, sendo inexplicavelmente mantido o peso de 60 quilos para o transporte manual de mercadorias.

Em verdade, não se pode permitir que um trabalhador, na época atual em que predomina a tecnologia, transporte individualmente carga cujo peso possa comprometer a sua saúde e integridade física.

Os trabalhadores que habitualmente removem cargas, individualmente, com peso de até 60 quilos, fatalmente são acometidos, com o decorrer do tempo, de graves problemas físicos, que constituem moléstias profissionais que os tornam incapacitados prematuramente, constituindo-se em elemento improdutivo, acarretando enormes encargos à Previdência Social e tornando-os um peso morto na sociedade.

Por isso que a OIT pela Convenção nº 128 recomenda a adoção de 55 (cinquenta e cinco) quilogramas como o peso máximo de carga a ser transportada por um só trabalhador. Todavia, esse limite poderá ser reduzido em função de fatores como o clima, a alimentação e a constituição física do trabalhador, seu treinamento e formação profissional, o que nos leva a propor para o nosso País, o limite máximo de 50 quilogramas, com o que estaremos atendendo a proposição contida no título do artigo 198, qual seja a da Prevenção da Fadiga.

A presente emenda, tem por objetivo ainda colaborar em dois fatores que constituem preocupações do próprio Governo, quais sejam: Maior Produtividade, conseqüente desenvolvimento nacional e proteção do homem que trabalha.

Ante ao exposto e considerando que a emenda, ora apresentada, atende às finalidades do Projeto, corresponde ao programa do Ministério do Trabalho e à ação do Governo no campo social e do trabalho, espero que a presente sugestão possa merecer a preciosa atenção dos ilustres pares.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1977. — Deputado **Alípio Carvalho**.

**EMENDA Nº 30**

O art. 198 da CLT, modificado pelo art. 1º do projeto de lei nº 25/77 CN, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 198. É de 50 kg (cinquenta quilogramas) o peso máximo..."

**Justificação**

Está comprovado cientificamente que o desgaste físico do indivíduo obrigado a remover peso superior a 50 kg (cinquenta quilogramas), pode levá-lo a um sem número de moléstias ou acidentes do trabalho.

Nos serviços relacionados com a carga e descarga de navios então, tornam-se mais freqüentes os males advindos de uma atividade excessivamente penosa e quase desumana.

Dispensamo-nos de outras considerações por entendermos justificar-se por si próprio o dispositivo proposto.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1977. — Deputado Adhemar Ghisi.

**EMENDA Nº 30-A**

Acrescente-se ao art. 201 mais um parágrafo, § 1º, passando o atual parágrafo único a § 2º. O novo parágrafo terá a seguinte redação:

"§ 1º O profissional habilitado e credenciado que, por negligência, imperícia ou imprudência, tolerar, aceitar ou indicar métodos, sistemas ou equipamentos inadequados à correta proteção do trabalhador, estará sujeito, cumulativamente às multas aplicadas à empresa, a sanções punitivas, tais como: advertência, suspensão temporária ou definitiva de sua credencial".

**Justificação**

Por uma questão de justiça, deve-se estender aos profissionais da área de segurança do trabalho e saúde ocupacional, deveres e responsabilidades iguais aos seus direitos, como forma coercitiva de compeli-los a maior zelo no trato da importante matéria que lhe é afeta, isto é, da problemática diretamente ligada à segurança e medicina do trabalho.

É uma forma de obrigar a própria empresa a dispensar melhor atenção ao uso de equipamentos e utilização de métodos, pois, não raro, culpa-se o empregado responsável e deixa-se a empresa de lado.

Pela presente emenda busca-se, portanto, amarrar os dois elementos, empresa e profissional, a fim de que cada um, da melhor maneira possível, cumpra seu dever.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

**EMENDA Nº 31**

O parágrafo único do artigo nº 202 da CLT, modificado pelo artigo 1º do Projeto de Lei nº 25/77-CN, terá a seguinte redação:

"Parágrafo único. Em caso de reincidência, embaraço ou resistência à fiscalização, emprego de artifício ou simulação com o objetivo de fraudar a lei, multa será aplicada em seu valor máximo, deferido, ainda, ao Delegado Regional do Trabalho atuar nos termos do art. 161 desta lei".

**Justificação**

Torna-se necessária, em nosso entender, sanção mais rigorosa objetivando-se o cumprimento das normas de medicina e segurança do trabalho.

A pena pecuniária nem sempre atinge seus objetivos. Daí pretendemos atribuir ao Delegado Regional do Trabalho a faculdade de agir nos termos do art. 161 da nova lei.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1977. — Deputado Adhemar Ghisi.

**EMENDA Nº 32**

Suprima-se o art. 2º do Projeto.

**Justificação**

Afigura-se injustificável e inexplicável que ao se propor a reparação da injustiça do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968, se adote um critério absurdo de reparação parcial. Quando foi para reduzir direitos o referido Decreto-lei teve aplicação imediata. Consequentemente, a reparação das injustiças não pode ser feita por etapas.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

**EMENDA Nº 33**

Suprima-se o art. 3º do Projeto.

**Justificação**

O art. 196 da Consolidação das Leis do Trabalho não tem § 1º. Sala das Comissões, 11 de novembro de 1977. — Deputado Ruy Brito.

**EMENDA Nº 34**

Acrescente-se onde couber:

"Art. . . . Os benefícios da presente Lei, no que couber, aplicam-se aos trabalhadores avulsos sem vínculo empregatício, e àqueles que exercem atividades a bordo de navios, nos termos que serão fixados pelo Regulamento do presente diploma legal."

Parágrafo único. A aplicação do prefinido neste artigo será fiscalizada pelas respectivas Delegacias do Trabalho Marítimo."

**Justificação**

É corrente a afirmação de que o trabalhador avulso não faz jus ao amparo previsto nas normas de higiene e segurança do trabalho.

Está sujeito a todas as obrigações e deveres dos demais trabalhadores, mas não é titular de direito algum pertinente à segurança e medicina do trabalho, devido ao fato de nenhuma disposição de lei no texto celetista ampará-lo.

Navios existem, por exemplo, que não oferecem condições aceitáveis para que os trabalhadores avulsos, a bordo dos mesmos, exerçam suas atividades sem risco de saúde e de vida. E no entanto, não têm tido para quem apelar.

Conferentes, consertadores, estivadores e vigias portuários, face à ausência de adequada legislação, não dispõem da proteção que constitui objeto da presente iniciativa do Poder Executivo.

Destarte, frente à total procedência desta Emenda, confiamos venha a merecer a atenção e o beneplácito dos nobres parlamentares que se debruçarem sobre a mesma, à oportunidade de seu exame e aperfeiçoamento.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 1977. — Deputado Athlé Jorge Coury.

**EMENDA Nº 35**

Inclua-se, onde couber, no projeto de lei que alterou o Capítulo V do Título II da CLT, dispositivo com a seguinte redação:

"Art. O trabalho no subsolo somente será permitido a homens com idade compreendida entre dezoito e cinquenta anos, assegurada a transferência para a superfície nos termos da legislação em vigor."

**Justificação**

Verifica-se que o trabalho em subsolo está limitado aos homens com idade compreendida entre vinte e um e cinquenta anos.

Parece-nos inteiramente divorciado da realidade o limite mínimo estabelecido pela lei nos vinte e um anos.

É quase pacífico o entendimento de que antes dessa idade o homem adquire aquele desenvolvimento psíquico que lhe permite

praticar todos os atos que a lei reserva aos maiores de vinte e um anos.

Quanto ao desenvolvimento físico propriamente dito, não resta menor dúvida ser o mesmo alcançado aproximadamente aos 18 anos, e, às vezes, muito antes. Como o trabalho em subsolo exige apenas desenvolvimento físico do trabalhador, nada justifica a preservação do limite legal de 21 anos.

Essa situação que pretendemos corrigir com esta emenda que, reduzindo o limite mínimo para dezoito anos, dará, certamente, oportunidade para exercer a profissão a milhares de jovens técnicos em mineração, com idade compreendida entre os dezoito e vinte e um anos, da mesma forma que valorizará, ainda mais, a formação profissional obtida nas escolas.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 1977. — Deputado Adhemar Ghisi.

#### EMENDA Nº 36

Acrescente-se onde couber o seguinte artigo:

“Os trabalhadores cujas atividades sejam consideradas penosas, farão jus à taxa adicional prevista no art. 193, § 1º desta Consolidação.

Parágrafo único. Trabalho penoso, para os efeitos deste artigo, é todo aquele em que são exigidos esforços físicos, orgânicos e mentais de tal ordem que ocasione desgaste ao trabalhador.”

#### Justificação

O adicional ora proposto para as atividades penosas representa um reforço ao salário do trabalhador, de forma a poder proporcionar-lhe melhores condições de vida, e com isso tornar possível, ou pelo menos mais viável, a necessária resistência para suportar o desempenho dessas atividades laborativas levadas a efeito em condições tão adversas

Poderíamos citar como exemplo de atividades penosas, dentre outras, o trabalho em veículos de transporte coletivo; de passageiros ou de carga; trabalho que exige movimentação muscular repetitiva; telefonia; telegrafia; mecanografia; computação eletrônica, etc.

Essas atividades, pela sua natureza e condições em que são desempenhadas estão a exigir tratamento igualitário, e, por isso mesmo, devem gozar dos benefícios inseridos no art. 193.

Sala das Comissões — Deputado Ruy Brito.

Todas as emendas foram objeto da nossa maior atenção, porquanto convencidos estamos de que está é a oportunidade de se corrigir as possíveis falhas do projeto. Significativo foi o número das emendas aceitas e aprovadas, a par de outras tantas adotadas na forma de subemendas. Para não nos alongarmos muito, preferimos oferecer sucintos pareceres a essas proposições, certos de que, por ocasião da discussão, os aspectos de mérito serão mais profundamente debatidos

#### Parecer sobre a Emenda nº 1

A Emenda de autoria do Deputado Ruy Brito, visa a garantir, por parte das empresas, o cumprimento das normas de segurança e higiene acaso ajustadas nas convenções coletivas de trabalho, sem prejuízo das disposições legais estabelecidas. É uma emenda justa e necessária

Somos pela sua aprovação

#### Parecer sobre a Emenda nº 2

A Emenda, de autoria do Deputado Ruy Brito, propõe que se defira às Delegacias Regionais do Trabalho a competência para impor penalidades pelo descumprimento das normas do Capítulo. A matéria é pertinente e complementa a proposta governamental. Falta, no entanto, a referência ao artigo que comina a sanção. Por isso, somos pelo seu acolhimento, na forma da seguinte

#### Subemenda à Emenda nº 2

Acrescente-se ao art. 156 o seguinte item.

“III — impor as penalidades cabíveis por descumprimento das normas constantes deste Capítulo, nos termos do art. 201.”

#### Parecer sobre a Emenda nº 3

Propõe a Emenda a supressão do parágrafo único, do art. 158 que caracteriza como “ato faltoso” o procedimento omissivo do empregado no cumprir instrução do empregador em relação às normas de segurança e medicina do trabalho, assim como, no uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa.

É preciso considerar que a Lei também tem sentido educativo. Nem se ignore que mais que todas, a lei trabalhista é de consulta popular e assim deve ser. Bom que o trabalhador saiba que a sua omissão, em cumprir preceitos que favorecem a sua própria saúde e segurança, é tida pelo Estado como ato faltoso, ensejador de sanções disciplinares no âmbito da empresa ou, se reiterada, causa justa para sua dispensa

Pela rejeição da emenda.

#### Parecer sobre a Emenda nº 4

Os incisos que a Emenda nº 4 pretende aditar ao art. 158 não são compatíveis. Com efeito, o projeto pretende trazer ao empregado o seu *quantum* de responsabilidade na observação das normas de segurança e medicina do trabalho. Não será ele somente o beneficiário de tais regras, mas deve vigiar pelo seu cumprimento, procurando autodisciplinar-se pela adoção das medidas preventivas que lhes são ditadas.

Os itens III e IV propostos pela Emenda, autorizam a recusa ao trabalho, em razão de equipamento defeituoso ou falta de treinamento especializado para a tarefa. Envolve a recusa, em ambos os casos, grande dose de subjetividade, sendo necessário, no caso do mecanismo defeituoso, proceder-se a exame pericial e, no caso de falta de treinamento, embora possa parecer nítida a prescrição, aferir-se a adaptabilidade do empregado à tarefa. Na prática, a inovação pretendida poderá ensejar uma série de atritos desnecessários no ambiente de trabalho.

Rematando, quanto a este ponto, convém referir que a alínea c, do art. 483 da CLT já dispõe que o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando, no exercício de trabalho, correr perigo manifesto de mal considerável.

Esse cuidado legal, em vigor, atenderá aos casos extremos de pressão patronal na espécie cogitada nos itens III e IV propostos, ao tempo em que torna desnecessária a prescrição trazida pelo item V.

Face ao exposto, somos pela rejeição da Emenda.

#### Parecer sobre as Emendas nºs 5, 6, 7 e 8

As Emendas nºs 5, 6, 7 e 8 de autoria dos Deputados Athiê Jorge Coury, Alípio Carvalho, Ruy Brito e Senador Franco Montoro são analisadas em conjunto porque, dispondo sobre a mesma matéria, visam ao mesmo objetivo. Todas pretendem que os convênios, a serem celebrados entre o Ministério do Trabalho e outros órgãos federais, estaduais ou municipais, com o fim de orientar às empresas quanto ao cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, possam delegar atribuições de fiscalização, recolhendo, assim, direto efeito prático.

Não há porque negar validade às sugestões. Todas as Emendas são pertinentes; porém, optamos pela redação da de nº 6, que nos parece reunir os objetivos das demais. Assim, ficam prejudicadas as Emendas de nºs 5, 7 e 8.

#### Parecer sobre a Emenda nº 9

A Emenda nº 9, de autoria do Deputado Ruy Brito, pretende que seja procedida nova inspeção pela autoridade regional, competente em matéria de segurança e medicina do trabalho, quando houver modificação substancial de equipamentos. A Emenda

da complementa o § 1º do art. 160, merecendo nossa aprovação na forma da seguinte Subemenda:

**“Subemenda à Emenda nº 9**

§ 1º Nova inspeção deverá ser feita quando ocorrer modificação substancial nas instalações, inclusive, equipamentos, que a empresa fica obrigada a comunicar, prontamente, à Delegacia Regional do Trabalho.”

**Parecer sobre a Emenda nº 10**

A renovação anual de licença, pretendida pela Emenda, vem apenas trazer novas complicações à vida empresarial. Cabe à fiscalização, essa sim, constante e permanente, zelar pela defesa dos postulados de segurança e medicina do trabalho. Se, no início das atividades do estabelecimento, conferidas as instalações, forem achadas conforme as normas de proteção, incumbe ao empregador assim mantê-las e, ao Estado, por sua fiscalização, verificar tal procedimento.

Opinamos pela rejeição da Emenda.

**Parecer sobre a Emenda nº 11**

A Emenda nº 11, do Deputado Ruy Brito visa a alterar as redações dos §§ 2º, 3º e 4º do art. 161.

1 — Quanto ao § 2º visa: a) ampliar o elenco de autoridades ou entidades que poderão requerer embargo ou interdição de obra. Confere tal prerrogativa ao Presidente e ao Vice-Presidente das CIPAs; b) marca o prazo de 10 dias para o Delegado Regional, com base em laudo técnico, deferir ou não o requerimento, sob pena de responsabilidade administrativa.

Recolhe-se do proposto, princípio que se deve acolher: o de marcar o tempo de ação da autoridade. Não será tal lapso, no entanto, de 10 dias, porque tanto poderá ser muito, quanto pouco, ao deslinde do problema.

Acreditamos que a recomendação de diligência deve estar no caput do artigo conforme Subemenda que propomos ao fim.

Não parece correto envolver os agentes das CIPAs, que funcionam na empresa, com o procedimento de denúncia para fora de seu âmbito. Caberá ao Sindicato, isto sim, formulá-la, se for o caso. A atuação conjunta, na hipótese, além do exposto, corre o risco de enfraquecer o órgão de classe, em cuja competência se quis inserir o pedido inicial de embargo ou interdição.

2 — A inovação pretendida, no tocante ao § 3º, não é de prosperar. Cabe ao Delegado, conforme o caso, dar, ou não, efeito suspensivo ao recurso contra a interdição ou embargo. Despojá-lo de tal prerrogativa destitui a importância da autoridade sem motivo fundado.

3º — Quanto ao § 4º é de se dar guarida a idéia trazida pela Emenda, na forma a seguir sugerida.

Do exposto propomos nova redação para o art. 161, na forma da seguinte:

**“Subemenda à Emenda nº 11**

Art. 161. O Delegado Regional do Trabalho, à vista do laudo técnico do serviço competente que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador, poderá interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, ou embargar obra indicando na decisão, tomada com a brevidade que a ocorrência exigir, as providências que deverão ser adotadas para prevenção de infortúnios de trabalho.

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º Responderá por desobediência, além das medidas penais cabíveis, quem, após determinada a interdição ou embargo, ordenar ou permitir o funcionamento do estabelecimento ou de um dos seus setores, a utilização de máquina ou equipamento, ou o prosseguimento de obra, se, em consequência, resultarem danos a terceiros.

**Parecer sobre a Emenda nº 12**

A matéria é de natureza regulamentar e por isso não deve figurar em texto de lei, norma de hierarquia superior. Dentro desse espírito, seu disciplinamento foi feito pela Portaria nº 3.456, de 3 de agosto de 1977, em plena vigência.

Pela rejeição da emenda.

**Parecer sobre a Emenda nº 13**

A extensão da obrigatoriedade das CIPAs para todas as empresas, independentemente do número de empregados, é irreal. O assunto já está bem disciplinado pela Portaria nº 3.456/77. A redução da exigência de 100 para 50 empregados já foi um passo avante e prudente. A implementação das CIPAs vem sendo acompanhada com bastante cuidado e o objetivo é que reúnem condições para pleno funcionamento.

Pela rejeição da emenda.

**Parecer sobre a Emenda nº 13-A**

A emenda pretende estabelecer preferência em favor dos sindicalizados para que constituam as CIPAs, como representantes dos empregados.

Aos Sindicatos foi dado amplo poder no Projeto para que funcionem como agentes auxiliares da fiscalização das normas de segurança e medicina do trabalho, podendo representar e dar início a vários procedimentos, inclusive com relação a embargo e interdição de obras, instalações e equipamentos.

As CIPAs não têm caráter sindical, porém. São órgãos internos da empresa, a que a Lei procura dar incentivos e proteção, traçando os seus lineamentos básicos e assegurando a eficácia de suas decisões.

Não cabe, pois, a preferência que se pretende estabelecer, a qual poderia tirar o caráter de cooperação de que se revestem as CIPAs entre empregados e empregadores.

Somos, pelo exposto, pela rejeição da emenda.

**Parecer sobre a Emenda nº 14**

A matéria já está vantajosamente disciplinada na Portaria nº 3.456/77, vez que se reveste de aspectos de natureza regulamentar. De outro lado, não é, ainda, aconselhável a ampliação do prazo de mandato dos membros das CIPAs. A renovação deve ser anual para ensejar maior participação dos empregados em seu funcionamento e direção. O envio de relação de candidatos a cargos das CIPAs, bem como a relação dos votantes à Delegacia Regional, como pleiteia a Emenda, é impraticável, pelo seu volume, além de ser ineficaz.

Face ao exposto, somos pela rejeição da Emenda.

**Parecer sobre a Emenda nº 15**

O disposto no art. 165 do Projeto consagra novidade importante no sistema em vigor. Defende os titulares da representação dos empregados nas CIPAs contra a despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

Sujeita, em consequência, o ato de demissão ao exame da Justiça do Trabalho. Inovação marcante, portanto, e que pode ser precioso ponto de partida para novos avanços. A emenda, sem atentar ao alcance da medida, pretende traçar equivalência com a nomeada estabilidade sindical, que tem diversa natureza, em razão da titularidade do mandatário.

Somos pela rejeição da emenda.

**Parecer sobre a Emenda nº 16**

A Emenda não é pertinente ao Capítulo que se está a discutir. É norma Processual do Trabalho. Acresce, ainda, que não é boa técnica pretender-se, a cada caso, determinar prioridade para os julgamentos, *ratione materiae*. Propalado o expediente, tudo retornaria ao mesmo ponto.

Eis porque somos pela sua rejeição.



**Parecer sobre a Emenda nº 16-A**

A Emenda pretende acrescentar três parágrafos ao art. 166 do Projeto.

A matéria contida nos dois primeiros já está cogitada no *caput* do próprio artigo e na regra do art. 167, sendo certo que ambos os dispositivos serão regulamentados pelo Poder Executivo, ao nível do detalhamento previsto na Emenda.

Quanto ao § 3º proposto, a matéria é estranha ao Capítulo da Segurança e Medicina do Trabalho.

Refere-se, com efeito, a caracterização de prestação salarial *in natura*, por traje exigido pelo empregador para tarefas em que não estão presentes nem perigo nem insalubridade.

Opinamos pela rejeição da Emenda.

**Parecer sobre a Emenda nº 17**

É inviável e desnecessária a repetição dos exames médicos ao momento da cessação do contrato de trabalho. Levaria a industrialização dos certificados para gáudio de empresas prestadoras de serviços.

De outra parte não é razoável admitir-se que o serviço médico das empresas nas quais o candidato a emprego veio a ser recusado por motivo de saúde, confira atestado médico comprobatório de seu estado de saúde. Medicamente seria desaconselhável a entrega do laudo. Poderia acrescer o mal, sem outra vantagem. Assim, as doenças mantais, os distúrbios neuro-vegetativos agudos, as neuroses, além das cardiopatias insuspeitas. Não se é de admitir a inovação, ademais, pelas mesmas razões que não se permite a anotação de circunstâncias pessoais de saúde na Carteira de Trabalho e Previdência Social. Se aprovada a Emenda iria prejudicar os candidatos a emprego.

Pela sua rejeição.

**Parecer sobre a Emenda nº 18**

A Emenda, de autoria do Deputado Alípio Carvalho, se impõe pelos seus próprios fundamentos.

A matéria nela versada guarda, porém, conexão com a contida na Emenda de nº 34, de autoria do Deputado Athiê Jorge Coury.

Em decorrência, propomos a fusão das duas sugestões tal como está na Subemenda apresentada, à Emenda de nº 34.

**Parecer sobre a Emenda nº 19**

Acolhemos a idéia central da Emenda do Deputado Ruy Brito, que é a de tirar do alvedrio do empregador a alteração do ambiente de trabalho em razão da diminuição de pé direito da edificação (três metros) que pode perturbar as condições de iluminação e conforto térmico.

Todavia, a forma da Emenda não pode ser aceita porque ao Delegado Regional foi dada a incumbência de autorizar a redução da mencionada altura, ficando a tarefa de fiscalização da permanência das boas condições ambientais a cargo do órgão competente em matéria de segurança e medicina do trabalho.

Assim, propomos que se dê ao parágrafo único do art. 171 a redação da seguinte Subemenda:

**Subemenda à Emenda nº 19**

"Art. 171. ....

Parágrafo único. Poderá ser reduzido esse mínimo desde que atendidas as condições de iluminação e conforto térmico compatíveis com a natureza do trabalho, sujeitando-se tal redução ao controle do órgão competente em matéria de segurança e medicina do trabalho."

**Parecer sobre a Emenda nº 20**

Somos pela aprovação da Emenda, de autoria do Deputado Ruy Brito, em decorrência dos próprios fundamentos, porém, com ligeira alteração redacional, assim:

"Art. 177. Se as condições de ambiente se tornarem desconfortáveis, em virtude de instalações geradoras de frio

ou de calor, será obrigatório o uso de vestimenta adequada para o trabalho em tais condições ou de capelas, anteparos, paredes duplas, isolamento térmico e recursos similares, de forma que os empregados fiquem protegidos contra as radiações térmicas."

**Parecer sobre a Emenda nº 21**

Não cabe à Delegacia do Trabalho qualificar profissionais em instalações elétricas. Tal qualificação é feita pelas escolas técnicas, profissionais, ou por treinamento intensivo. A qualificação, no entanto, deve ser aferida pelo empregador e anotada em sua Carteira de Trabalho.

Pela rejeição da Emenda.

**Parecer sobre a Emenda nº 22**

Os avanços da moderna medicina do trabalho têm permitido, em alguns casos, a eliminação dos efeitos da insalubridade e, em grande parte, a sua atenuação. A lei que ora está em discussão, não visa, apenas, a situações atuais, preexistentes, mas se volta, também, para o futuro. Assim, justifica-se, *presentemente*, falar-se em eliminação dos agentes nocivos em termos relativos.

Concordamos, no entanto, que a redação do texto do artigo enseja dúvidas e, até, uma certa ambigüidade. Por isso que, valendo-nos da sugestão do Autor da Emenda, apresentamos outra, de nossa iniciativa, a de nº 37 - R, propondo uma nova redação que, ao nosso ver, melhor atende às finalidades do dispositivo visado.

**Parecer sobre a Emenda nº 23**

Não obstante o sentido elevado da Emenda em exame, há que, na matéria, cogitar dos custos operacionais das empresas, que, pela sua natureza e atividade, lidam com condições de insalubridade. O aumento da despesa, que antes não existia, iria ser distribuído em dobro com a população, ou, ao contrário, retirado "habilmente" dos salários dos operários, prática condenada pela OIT. Por outro lado, o propósito governamental não é estimular salários "compensatórios" à custa do desgaste físico, mas eliminar as causas da insalubridade mediante a adoção, pela empresa, do maior número de dispositivos de proteção e prevenção que a moderna tecnologia vai fazendo crescer em meios e funcionalidade. Contudo, a decisão sobre a sorte da Emenda cabe aos senhores membros desta Comissão. Pela rejeição.

**Parecer sobre as Emendas nºs 24 e 25**

As Emendas nºs 24 e 25 com idêntica redação, levam-nos a dar sobre elas um só parecer.

O art. 193 do Projeto determina que a periculosidade seja paga sobre o salário básico.

Não há qualquer razão para mudar a regra. Os adicionais retributivos são, regra geral, temporários; ligam-se às condições especiais ou episódicas, pessoais ou circunstanciais da prestação do trabalho. Não são, por isso, permanentes.

Essa a razão pela qual o Projeto determinou que o adicional de periculosidade seja calculado sobre o salário básico do empregado. Entendemos, porém, e pelos mesmos motivos expostos, que as expressões finais do § 1º do art. 193 "sem acréscimos resultantes de outros adicionais compulsórios, gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa" são excessivas e poderiam gerar dúvidas sobre o direito adquirido, garantido pela Constituição.

Isso posto, apresentamos uma Emenda, a de nº 38 - R, sobre a matéria, e rejeitamos as Emendas de nºs 24 e 25.

**Parecer sobre a Emenda nº 26**

Os motivos que justificam a emenda são, apreciáveis. E o seu autor é um dos mais notáveis e competentes parlamentares brasileiros. No entanto, a prosperar a reivindicação do adicional de periculosidade para os que trabalham na construção, manutenção ou operação de usinas, subestações, linhas, redes ou equipamentos elé-

tricos ter-se-ia de considerar pleito equivalente, de múltiplas atividades, ligadas à produção mais sofisticada, como a petroquímica, por exemplo.

O propósito governamental é forçar os empregadores a adotarem medidas eficazes de proteção contra o risco adicional inerente a determinadas atividades, mesmo que isso represente investimentos consideráveis.

Não há que visar sobre salários porque estes não pagam a vida humana

Eis porque opinamos pela rejeição da emenda.

#### **Parecer sobre a Emenda Nº 27**

Na redação apresentada pela Emenda para o § 2º do art. 195 cogita-se ampliar a capacidade de representação do Sindicato para além de seus associados. Carece de fundamento jurídico a propositura em tal ponto

Na redação proposta para o § 3º pretende a Emenda que o laudo solicitado consigne situações estranhas às objetivadas. Tal abrangência, em verdade, seria desbordante e levaria o perito a desempenhar praticamente função de fiscalização, o que não lhe é próprio, motivos que nos levam a opinar pela rejeição da Emenda.

#### **Parecer sobre a Emenda Nº 28**

Recomendação de ordem processual, alheia ao disposto no Capítulo em discussão. A prioridade ou preferência, para julgamento em razão da matéria é expediente que, disseminado, fica inoperante

Somos pela rejeição da Emenda.

#### **Parecer sobre as Emendas nºs 29 e 30**

Não obstante a louvável intenção de seu ilustre autor somos levados a opinar pela rejeição do que propõem as Emendas nºs 29 e 30. A redução para 50 kg (cinquenta quilogramas) do limite de peso máximo que um trabalhador pode remover pelas próprias mãos não se respalda em estudos médicos que tracem os diferenciais de suportabilidade entre 50 e 60 kg, de modo a encontrar na primeira marca condições tidas como não detrimen-tosas à saúde do empregado.

O limite de 50 quilogramas importaria em radical mudança de embalagens-padrão, e mesmo de norma de comércio, como é o caso dos nossos produtos primários: café, açúcar, cacau, etc que são embalados em sacos de 60 quilos. A recomendação da OIT, sobre o limite de 55 quilogramas, em nada beneficia o trabalhador, fato por ela mesma reconhecido na Convenção nº 127, na qual escusou-se de estabelecer limite determinado de peso, consagrando a norma de que "não se deverá exigir nem permitir a um trabalhador o transporte manual de carga cujo peso possa comprometer sua saúde ou sua segurança".

Somos, assim, pela rejeição das Emendas, e favoráveis a que o trabalhador somente remova o peso suportável, não prejudicial à sua saúde.

#### **Parecer sobre a Emenda nº 30-A**

A emenda visa a estabelecer punição para o profissional habilitado que aceitar ou indicar sistema de proteção que se revele insuficiente à segurança do trabalho.

A matéria não é pertinente ao art. 201 em que se quer figurar como apêndice.

Quanto ao mérito, por questionar problemas relacionados com a probidade e competência profissionais, escapa aos objetivos do Projeto. É matéria que pertence aos respectivos Conselhos de Fiscalização Profissional, os quais, conforme o caso, aplicarão as medidas disciplinares ou penais cabíveis.

Somos, por isso, pela rejeição da Emenda.

#### **Parecer sobre a Emenda nº 31**

A Emenda viola o princípio em razão do qual não se estabelece duas penas para a mesma falta. Se a falta for de natureza a justificar

o embargo, já o art. 161 confere à mesma autoridade competência para determiná-la

Pela rejeição.

#### **Parecer sobre a Emenda nº 32**

A regra do art. 2º do Projeto, medida de direito intertemporal, procura solver os resíduos de uma política que se quis mudar em razão dos maus resultados que estava a colher. A retroação dos efeitos pecuniários decorrentes do trabalho em condições de insalubridade ou periculosidade, terá como limite, porém, a data da vigência da Lei, e assim deve ser para evitar permanência em aberto indefinidamente um ponto de atrito que o projeto pretende solucionar definitivamente.

Face ao exposto, somos pela rejeição da Emenda nº 32.

#### **Parecer sobre a Emenda nº 33**

Esta Emenda foi apresentada em virtude de equívoco na publicação do avulso do projeto. Foi retirada pelo autor em tempo hábil.

#### **Parecer sobre as Emendas nºs 18 e 34**

Os princípios de segurança e medicina do trabalho são de ordem pública e aplicam-se a todas as relações de trabalho.

É de todo, porém, recomendável explicitar a aplicação das disposições contidas no Projeto aos trabalhadores avulsos, aos que lhes tomam o serviço, assim como, na tarefa auxiliar de fiscalização, aos sindicatos representativos das categorias profissionais em causa.

Para tal efeito, propomos a aprovação da presente Emenda na forma da Subemenda que se segue, em que se dá acolhimento ao sugerido nas Emendas nºs 18 e 34.

#### **Subemenda às Emendas nºs 18 e 34**

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto:

"Art. 3º As disposições contidas nesta Lei aplicam-se, no que couber, aos trabalhadores avulsos, às entidades ou empresas que lhes tomem o serviço e aos sindicatos representativos das respectivas categorias profissionais.

§ 1º Ao Delegado de Trabalho Marítimo ou ao Delegado Regional do Trabalho, conforme o caso, caberá promover a fiscalização do cumprimento das normas de segurança e medicina de trabalho em relação ao trabalhador avulso, adotando as medidas necessárias inclusive as previstas na Seção II, do Capítulo V, do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação que lhe for conferida pela presente Lei.

§ 2º Os exames de que tratam os §§ 1º e 3º do art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação desta Lei ficarão a cargo do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social — INAMPS, ou dos serviços médicos das entidades sindicais correspondentes.

#### **Parecer sobre a Emenda nº 35**

A matéria cogitada na Emenda deverá ser oportunamente tratada quando se proceder à revisão das normas de proteção ao trabalho do menor. No mérito é de se reconhecer razão no que é proposto. Com efeito, não há porque prosperar a exigência da maioridade civil para o ingresso nos trabalhos desenvolvidos em subsolo.

A inclusão do assunto, porém, no Capítulo V, do Título II, da CLT, ora em discussão, não é conveniente à boa técnica legislativa.

Por isso, somos pela rejeição da Emenda.

#### **Parecer sobre a Emenda nº 36**

A Emenda pretende criar a figura de trabalho penoso, em cujo desempenho faria o trabalhador jus a adicional retributivo.

A definição traçada para a figura jurídica proposta é assaz fluída e por ela se poderia tomar como penosa qualquer atividade

Todo trabalho, em verdade, produz desgaste. Para resguardar o empregado da nocividade possível e evitável é que foram estabelecidas as regras de proteção ao trabalho.

Já o perigo e a insalubridade, circunstâncias não constantes, mas fáceis de diagnosticar, mereceram o cuidado especial que o projeto prefigura.

Não há sustentação para a Emenda, razão porque somos pela sua rejeição.

#### Emenda nº 37-R

Dê-se ao artigo 191 a seguinte redação:

Art. 191. A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá:

I — Com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;

II — Com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.

Parágrafo único. Caberá às Delegacias Regionais do Trabalho, comprovada a insalubridade, notificar as empresas, estipulando prazos para sua eliminação ou neutralização, na forma deste artigo.

#### Emenda nº 38-R

Suprima-se do § 1º do art. 193, as seguintes expressões:

"sem acréscimos resultantes de outros adicionais compulsórios, gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa."

Em resumo, nosso parecer é pela aprovação do projeto com a adoção das Emendas nºs 1, 6, 20, 37-R e 38-R e com subemendas às emendas nºs 2, 9, 11, 18, 19 e 34; pela prejudicialidade das emendas nºs 5, 7, 8, e 22 e pela rejeição das de nºs 3, 4, 10, 12, 13, 13-A, 14, 15, 16, 16-A, 17, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 30-A, 31, 32, 33, 35 e 36.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1977. — Senador Adalberto Senna, Presidente — Deputado João Alves, Relator — Senador Saldanha Derzi — Senador Virgílio Távora — Senador Itálio Coelho — Senador Heltor Dias — Senador Ruy Santos — Senador Cattete Pinheiro — Senador Cunha Lima — Deputado Ruy Brito — Senador Jarbas Passarinho — Deputado Wilmar Pontes — Deputado Fábio Fonseca — Deputado Walter de Castro — Deputado Jaison Barreto, vencido — Deputado Athié Coury — Senador Lourival Baptista.

## SUMÁRIO

### 1 — ATA DA 252ª SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1977

#### 1.1 — ABERTURA

#### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO ANTONIO BRESOLIN** — Realização do III Rodeio Crioulo Nacional, de 5 a 8 de janeiro vindouro, na cidade de Caxiais do Sul-RS.

**DEPUTADO PAES DE ANDRADE**, pela Liderança do MDB — Denúncia de fatos ignominiosos que envolvem o assassinato do operário José Teófilo da Silva.

**DEPUTADO PEIXOTO FILHO** — Artigo do jornalista Alfredo Obliziner, do jornal *Correio Braziliense*, a respeito de declarações contra a Imprensa, que teriam sido prestadas pelo Sr. Edson Arantes do Nascimento.

**DEPUTADO CELSO BARROS** — Declarações prestadas pelo Ministro da Previdência e Assistência Social, sobre o volume de recursos previdenciários arrecadados pela rede bancária e sobre a forma de obtenção de reservas financeiras para o INPS.

**DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS** — Apelo aos dirigentes do Fundo de Assistência Social, no sentido de que estabeleçam a obrigatoriedade do ensino de aulas práticas de atividades agrícolas e pecuárias, na rede escolar subvencionada pelo fundo ou com quem realize convênios.

**DEPUTADO ODACIR KLEIN** — Atuação desenvolvida por fiscais do INPS na cidade de Passo Fundo-RS, no que diz respeito ao levantamento das construções havidas naquela cidade de 1966 até a presente data, que porventura estejam em débito com o Instituto.

**DEPUTADO ALDO FAGUNDES** — "Proclamação de Brasília", divulgada pela Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal, clamando pela representação política do brasileiro.

**DEPUTADO GERALDO GUEDES** — Serviços prestados ao Exército brasileiro pelo General Fritz de Azevedo Manso, no

momento em que S. Exª se afasta compulsoriamente daquela instituição militar.

**DEPUTADO CANTÍDIO SAMPAIO** — Notícia divulgada pela seção econômica do jornal *Folha de S. Paulo*, sobre os lucros obtidos pelos maiores bancos comerciais brasileiros no período de 1973 a 1976.

**DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA** — III Congresso Nacional da Ordem dos Ministros Batistas do Brasil a realizar-se no mês de janeiro vindouro na cidade do Recife.

**DEPUTADO DASO COIMBRA** — 40º aniversário da Ordenação Ministerial do Rev. Manoel do Porto Filho Silveira.

**DEPUTADO JOEL FERREIRA** — Considerações sobre o processo de constitucionalização do País.

**SENADOR DIRCEU CARDOSO** — Palestra a ser proferida, amanhã, pelo Vice-Presidente da SIDERBRÁS, na Comissão de Minas e Energia do Senado.

#### 1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

#### 1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 1977-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.577, de 10 de outubro de 1977, que dispõe sobre a concessão de isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, nos casos que especifica. **Aprovado.** À promulgação.

#### 1.4 — ENCERRAMENTO.

### 2 — ATA DA 253ª SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1977

#### 2.1 — ABERTURA

#### 2.2 — EXPEDIENTE

##### 2.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN** — Concentrações articuladas pelo MDB gaúcho, para divulgação da campanha em favor da Constituinte.

**DEPUTADO DASO COIMBRA** — Apelo às autoridades da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, em favor da manutenção do policiamento ostensivo no Bairro do Jacarezinho, naquela cidade.

**DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS** — Necessidade de um melhor aproveitamento dos recursos hídricos da bacia Amazônica e, em especial, do sistema Araguaia—Tocantins e Xingu.

**DEPUTADO DIAS MENEZES** — Posse do Dr. Mauro Salles no cargo de Vice-Presidente Executivo dos "Diários e Emissoras Associados".

**DEPUTADO PEIXOTO FILHO** — 47º aniversário de criação do Ministério do Trabalho.

**DEPUTADO ALCEU COLLARES** — Considerações sobre o projeto de lei em tramitação no Senado Federal, que dispõe sobre a Lei do Inquilinato.

**DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA** — Artigo do jornalista Fernando Pedreira, do jornal *O Estado de S. Paulo*, sobre a situação econômica do País.

**DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA** — Comentário sobre dados de livro de autoria de ex-Ministro da Saúde da República de Uganda e outras fontes de informações, referentes a genocídios que teriam sido praticados pelo Governo daquele País.

## 2.2. — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

## 2.3 — ORDEM DO DIA

Redação final do Projeto de Lei nº 17, de 1977-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1978. **Aprovada. À sanção.**

## 2.4 — ENCERRAMENTO.

# ATA DA 252ª SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1977

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

### PRESIDÊNCIA DO SR. AMARAL PEIXOTO

ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraíso — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

## E OS SRS. DEPUTADOS:

### Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

### Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Raimundo Parente — ARENA.

### Pará

Alacid Nunes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

### Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

### Piauí

Celso Barros — MDB; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende

— ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

### Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marçílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

### Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

### Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

### Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

### Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA.

### Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raymundo Diniz — ARENA.

**Bahia**

Afrisio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA.

**Espírito Santo**

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

**Rio de Janeiro**

Abdon Gonçalves — MDB; — Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Walter Silva — MDB.

**Minas Gerais**

Aécio Cunha — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Tancredo Neves — MDB.

**São Paulo**

Adalberto Cañargo — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Aurelio Campos — MDB; Cantídio Sampaio — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Ivahir Garcia — ARENA; João Cunha — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA.

**Goiás**

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

**Mato Grosso**

Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Burem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA.

**Paraná**

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Ary Kffuri — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Norton Macêdo — ARENA; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB.

**Santa Catarina**

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanol — ARENA.

**Rio Grande do Sul**

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; João Gilberto — MDB; José Mandelli — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

**Amapá**

Antônio Pontes — MDB.

**Rondônia**

Jerônimo Santana — MDB.

**Roraima**

Hélio Campos — ARENA.

**O SR. PRESIDENTE** (Amaral Peixoto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 47 Srs. Senadores e 260 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

**O SR. ANTÔNIO BRESOLIN** (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Rio Grande do Sul é um dos Estados que mais se destacam no movimento tradicionalista. São gaúchos da fronteira campesina — descendentes de portugueses, espanhóis e de outras origens étnicas — são gaúchos do centro e do norte do Estado — descendentes de açorianos, italianos, alemães, austríacos, poloneses e de outras origens étnicas — são homens de fronte encanecida e são jovens dos centros mirins, são damas generosas, de prendas belíssimas, que misturam seus ideais, seu entusiasmo e sua fibra no culto às tradições.

O que eu vi em Portugal, na Espanha e na Província de München, na Alemanha Federal, é algo de maravilhoso no culto às tradições. A guapa gauchada do meu Estado, no entanto, em nada fica devendo no culto às tradições. O garbo dos cavalos, as vistosas e ricas indumentárias, os usos e costumes, em tudo recordam e destacam as mais belas tradições do meu legendário Estado. E se não bastassem a coragem quase leonina dos cavaleiros nos rodeios, as prendas, belas e cativantes, constituem permanente adorno das festas sociais, nas apresentações e nos fandangos.

Quem tiver dúvidas destas afirmações que visite Caxias do Sul, entre os dias 5 a 8 de janeiro vindouro, assistindo ao III Rodeio Crioulo Nacional, promovido pelo "CTG Tropeiros do Rio Grande", que tem à sua frente o conhecido tradicionalista Abelino

Gomes Cardoso. Mais de vinte mil pessoas estarão presentes ao grande acontecimento tradicionalista, incluindo-se altas autoridades federais, estaduais e municipais.

Além de saborear os melhores vinhos gaúchos e os saborosos pratos da cozinha italiana, os que comparecerem a este magnífico espetáculo terão oportunidade de conhecer muitos dos mais corajosos e ágeis ginetes, montando fogosos corcéis, e deliciar os olhos com a invejável formosura de lindas criaturas que guardam em seus belos semblantes muita daquela doçura e daqueles encantos que Frá Angélico imortalizou em suas cabeças de anjo.

Apixonado cultor das tradições gaúchas, também estarei presente a este memorável acontecimento cívico.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto)** — De acordo com o requerimento que se acha sobre a mesa, a Liderança do MDB pede seja concedida a palavra ao Deputado Paes de Andrade, que falará em nome do Partido. De acordo com o art. 6º do Regimento Comum, S. Exª tem preferência.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Paes de Andrade.

**O SR. PAES DE ANDRADE (MDB — CE.** Em nome da Minoria, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O povo cearense habituou-se a não esperar destes tempos senão a violência e o absurdo. O interior do Estado está infestado pelo crime. Em cada volta de um caminho, nos povoados, nas vilas, nas cidades, e até mesmo no coração de Fortaleza, ergue-se diariamente o punhal do sicário ou a arma de fogo para abater as suas vítimas, para roubar, para exercer vinditas, ou até mesmo para a execução fria, calculada e bem recompensada do crime político.

Há insegurança, onde o crime alcança índices surpreendentes, onde a impunidade campeia, onde se assassinam cidadãos ordeiros e se protegem fascínoras. Cada delito que fica impune se transforma em estímulo à prática de novos crimes, representando sempre um elo a mais na cadeia de violências que se estende por todo o Estado.

Sobem a centenas, Sr. Presidente, os crimes praticados em meu Estado, neste Governo. Em Juazeiro do Norte, terra do Governador do Estado, segundo o noticiário da Imprensa, notadamente do *O Estado de S. Paulo* e da *Folha de S. Paulo*, não há uma cadeia pública e, por isso mesmo, não se reúne o júri popular há muito tempo. Quinze homicídios por mês se constituem nos índices menores já apurados. Mesmo porque num só mês deste ano foram praticados 25 crimes de morte. Isto sem falar nos crimes políticos ocorridos nesta atribulada hora por que passa o Ceará.

O povo que reclama Justiça, não tem recolhido até hoje mais do que uma longa esteira de sangue e aflição e um pungente cortejo de órfãos e viúvas. É bom advertir, mais uma vez, os governantes insensíveis de alma empedernida. Saibam que nesta trágica sucessão em cadeias, a impunidade gera a vingança, em todos os seus ramos sicilianos de tragédia sem epílogo. E como na increpação bíblica, em que o abismo leva ao abismo, o crime leva a novos crimes, a morte a novas mortes. Neste quadro de dor, manchado de sangue, molhado das lágrimas de órfãos e das viúvas abandonadas, resta-nos ainda o apelo à ordem e à lei. Mas, parece que já não há ordem porque na minha terra se alteiam e se impõem, nesta hora, a insegurança e a impunidade.

Já agora, Sr. Presidente, praticou-se, no Sul do Estado, um crime monstruoso que abalou a opinião pública, tanto mais porque nele se envolve o Governo do Estado, uma vez que a brutalidade do ato ficou a cargo da própria Polícia. Esclareça-se mais ainda: as autoridades de Juazeiro solicitaram ao Governo força policial para conduzir o preso José Teófilo da Silva a Fortaleza. Não se quis, ao tomar-se essa providência, utilizar a Polícia sediada na terra do Governador. José Teófilo da Silva, vigia da fábrica dos irmãos Bezerra, fora preso por se suspeitar de que fosse autor de um bilhete que exigia do Diretor da empresa uma importância de Cr\$ 2.000,00, com ameaças de incêndio da fábrica, se não fosse atendido na solicitação. A versão, no entanto, está dada, com abundância de detalhes pelo fi-

lho da vítima em carta dirigida ao Presidente Geisel e que será transcrita hoje nos Anais da Casa.

Quando afirmo, Sr. Presidente, que reina a violência, e já impe-ro o terror oficial, é porque um novo ministério punitivo aparece no Ceará. Um destacamento policial bem adestrado e da confiança do Governo é escolhido para conduzir o prisioneiro José Teófilo da Silva de Juazeiro do Norte a Fortaleza. Ao invés da força policial proteger e guardar a integridade do preso, operou, como bem disse o Líder Freitas Nobre desta Tribuna, como se fosse polícia de fazenda, de um feudo qualquer de alguma tribo perdida nos confins da primariedade pré-histórica, em que o homem, arvorando-se no ministério punitivo, pretendesse fazer justiça com as próprias mãos.

Cumpriram a missão, sim, Sr. Presidente, missão repulsiva e macabra, conforme notícia a Imprensa de todo o País, trucidando o preso, com os requintes — mais cruéis da torpeza e da selvageria que uma imaginação mórbida poderia engendrar.

O crime abalou e traumatizou a opinião pública do Ceará e de todo o País. Os jornais abrem os seus espaços nobres para cobrir todos os lances, nos seus mínimos detalhes, para tentar desvendar toda a urdidura sinistra dos bastidores que ainda permanece oculta, e as revistas importantes do País despacham para Juazeiro correspondentes especiais.

Nos Anais da Casa, Sr. Presidente, inserimos hoje a carta que José Teófilo da Silva Filho, de 21 anos de idade, único filho maior da vítima, dirige ao Presidente Geisel. Nela se narra pormenorizadamente todos os aspectos de hediondez deste crime. Nas tribunas da Assembléia Legislativa do Estado, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, os líderes Chagas Vasconcelos, Lázaro Barboza, Freitas Nobre, já consignaram o protesto, a revolta e a indignação da Oposição, clamando pela apuração rigorosa dos fatos delituosos e pela exemplar punição dos culpados.

A carta de José Teófilo da Silva Filho, Sr. Presidente, é apelo, é grito de dor, de aflição, de inconformidade, de indignação. Esta carta está vazada nos seguintes termos:

"Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel. Senhor Presidente: Venho à presença do Presidente da República para implorar "justiça", pois não a posso obter, no Ceará, pelos caminhos normais. Meu pai, José Teófilo da Silva, foi recentemente preso, mutilado e, afinal, assassinado barbaramente por elementos da Polícia Militar do Ceará. Ele era empregado da Usina de Beneficiamento de Algodão, situada na cidade de Juazeiro do Norte, de propriedade dos irmãos Ivan Rodrigues Bezerra; coronel Adauto Bezerra, governador do Estado; deputado federal Humberto Bezerra, Secretário de Assuntos Municipais, e Orlando Bezerra, deputado estadual.

Meu pai era um homem simples, honesto e humilde, pai de cinco filhos, dos quais o único maior sou eu. Nunca teve qualquer antecedente criminal ou policial, gozando, inclusive, de bom conceito em toda a cidade de Juazeiro do Norte e merecendo total confiança de seus patrões, durante os cinco anos em que ele trabalhou, sempre exercendo a função de vigia.

Tudo começou quando apareceu um bilhete anônimo na mesa do Sr. Jovino, funcionário do escritório da usina, dizendo que o motorista José Carreira devia pagar a importância de dois mil cruzeiros ao próprio Sr. Jovino, pois se não pagasse, a usina seria incendiada. Tentando identificar a autoria do bilhete, o Dr. Ivan Bezerra resolveu deixar, na noite do dia 27 de outubro, os dois mil cruzeiros pedidos, na mesa do Sr. Jovino. Numa demonstração de confiança, meu pai foi chamado para ficar vigiando o local juntamente com o Sr. José Carreira, o Sr. Brasileiro, gerente da usina, e o próprio Dr. Ivan Bezerra. Naquela noite, cerca de 24 horas, o Sr. José Henrique, também vigia da usina, aproximou-se da mesa onde se encontrava o dinheiro, sendo interceptado pelo Sr. José Carreira, que, escondido nas proximidades do local

disse-lhe: "Não pegue no dinheiro, José Henrique, senão eu atiro. É a ordem que tenho". O vigia José Henrique, na mesma ocasião, negou que tivesse a intenção de apoderar-se do dinheiro.

No dia seguinte, o Dr. Ivan Bezerra, em companhia de um oficial da Polícia Militar, que suponho seja o coronel Camilo, comandante do Batalhão sediado em Juazeiro, no próprio escritório da usina, pediu a meu pai, ao vigia José Henrique e a mais dois ou três operários, que escrevessem em folhas de papel, de modo a permitir um confronto gráfico com o bilhete anônimo, inicialmente referido. O oficial da Polícia Militar, que não é grafólogo nem perito criminal, entendeu que a letra de meu pai era parecida com a letra do bilhete anônimo, dando-lhe voz de prisão. Ao tentar levar meu pai para a Delegacia, o oficial da polícia foi impedido de fazê-lo pelo Sr. Brasileiro, gerente da usina, que fez questão de conduzi-lo, em seu carro particular, à Delegacia de Polícia, com isso demonstrando que não acreditava na acusação feita.

No dia 29 de outubro, sábado, apareceu um segundo bilhete anônimo, dizendo que meu pai nada tinha a ver com o problema e que se não fosse solto até as 18 horas a usina seria incendiada. É importante notar que a letra do segundo bilhete era exatamente igual à do primeiro. Logo, não poderia ter sido meu pai seu autor, uma vez que se encontrava preso e incomunicável na Delegacia de Polícia. Diante, então, dessa evidência, o Dr. Ivan Bezerra determinou a soltura imediata de meu pai.

Na segunda-feira, dia 31 de outubro, meu pai apresentou-se ao trabalho, sendo dispensado, sob a alegação de que a ausência facilitaria os trabalhos de identificação dos bilhetes ameaçadores. Na terça-feira, às 10 horas, meu pai é chamado pelo Dr. Ivan e informado, sem maiores explicações, que estava preso e desta vez ficaria no próprio quartel da Polícia Militar.

Não é mais visto com vida. Na sexta-feira, dia quatro de novembro, às 17 horas, o seu corpo é entregue à família, transportado numa camioneta "F-75", placa particular de Juazeiro do Norte, dirigida por motorista desconhecido nas imediações. Encontrava-se de mãos amarradas e enegrecidas, com hematomas generalizados, na da cintura para cima e com dois orifícios de bala no peito, sobre os quais fizeram-se incisões à faca em forma de "X". Os que o vestiram — dois tios meus — constataram a emasculação feita, bem como se apresentava com a língua cortada. Detalhe macabro e mafioso — o corpo vinha em caixão de requintado luxo.

Sete dias depois do sepultamento de meu pai, o Dr. Ivan Bezerra chamou minha mãe ao seu escritório e disse-lhe que ela não ficaria desamparada, oferecendo-lhe comprar uma casa. A casa foi adquirida por quarenta mil cruzeiros, pelo Sr. Carlos, por ordem do Dr. Ivan Bezerra, e está situada na rua das Flores, na cidade de Juazeiro do Norte. Por ocasião do acerto sobre a compra da casa, o Dr. Ivan entregou à minha mãe o relógio de meu pai, que inexplicavelmente estava em seu poder.

Antes da entrega do corpo, minha mãe foi chamada ao quartel da PM e lá informada que meu pai fora morto quando, ao ser transportado para Fortaleza, dera cinco tiros nos soldados que o escoltavam. A versão da polícia não merece crédito algum. De fato, como poderia um preso, desarmado, algemado, guardado por inúmeros policiais, sacar uma arma de fogo e dar cinco tiros em sua própria escolta?

Não tenho informações maiores sobre essa viagem a Fortaleza, se é que ela houve, realmente. Tudo indica, no entanto, que a viagem para a Capital foi cercada das precauções extremas. Tanto que a escolta teria sido comandada pelo coronel Onofre, oficial da imediata confiança do Sr. Gover-

nador do Estado, segundo informou o Líder do Governo na Assembléia Legislativa. Como poderia o preso reagir, nestas condições?

A versão oficial é tão fantasiosa que não se pode ignorar o que corre em Juazeiro do Norte e em todo o Cariri — meu pai foi assassinado nas próprias dependências da usina dos irmãos Bezerra. Relembre-se que o seu relógio foi devolvido pelo próprio Dr. Ivan.

Mande averiguar, Excelência, os fatos aqui relatados, por pessoa de sua absoluta confiança. Minha família, apesar de humilde e desvalida, merece a proteção das leis. E nós confiamos no espírito de "Justiça" do Chefe da Nação brasileira."

A Oposição espera, Sr. Presidente, que o Chefe do Governo, ao se inteirar dos horrores narrados nesta carta, tocado no recesso da sua formação espiritualista e cristã, haverá de se tomar de sagrada indignação contra a selvageria policial, fazendo cair o valimento da sua autoridade sobre as cabeças dos mandantes e dos executores desta empreitada sinistra. Mesmo porque, ao que se sabe, a repressão não alcançou, até hoje, sequer os executores da brutalidade policial. Quanto aos mandantes, bem acobertados, até agora permanecem intocados e intocáveis. O sistema político do País, tão sensibilizado por tudo o que afeta a Segurança Nacional, bem que poderia voltar sua atenção para o problema, de um modo geral, investigando em profundidade os crimes que abalam o Ceará e, em particular, para este caso que envolve e compromete a autoridade do próprio Governo do Estado.

Amanhã, tomando proporções alarmantes, pelo estímulo da impunidade, a onda avassaladora de crimes poderá também se constituir em problema de Segurança Nacional capaz de perturbar a paz social de toda a região. Tudo deve-se fazer na repressão ao crime, na elucidação dos fatos delituosos, na punição dos culpados, para que não ressurgja aquele terrível código de honra sertanejo, primitivo e bárbaro, capaz de preencher com o próprio braço a lacuna e a deserção dos órgãos legais da sociedade. A repercussão do crime e a hediondez com que foi praticado exigem uma apuração minudente das responsabilidades, sobretudo das autorias intelectuais. Em crime de tal natureza é de se exigir a investigação policial isenta e em profundidade.

Por isso mesmo, o Senador Lázaro Barboza, no Plenário do Senado Federal, disse entender que, pelo fato de a família do Governador e a Polícia do Estado estarem diretamente envolvidas nas acusações, caberia ao próprio Governador solicitar ao Ministro da Justiça e ao Presidente Geisel a mobilização da Polícia Federal para, isentamente, apurar os fatos. Já o Senador Nelson Carneiro estranhou que o Governador na sua defesa, lida no Senado, nem sequer fizesse referência à necropsia efetuada no cadáver para confirmar ou desmentir as versões da tortura. É que não houve necropsia. Entregue o cadáver, a família recebeu, apenas, um bilhete com a exigência de não abrir o caixão.

No Plenário desta Casa, Sr. Presidente, deputados da ARENA afirmaram que o aparelho policial dos seus Estados era ineficaz para a elucidação dos crimes praticados no Nordeste, e por isso mesmo bateram às portas do Ministério da Justiça e dos Comandos das Regiões Militares. Lembro-me bem dos esforços desenvolvidos neste sentido pelos Deputados Grimaldi Ribeiro e Edilson Távora, e no Ceará pelo Coronel do Exército Haroldo Sanford também Deputado da ARENA.

O certo é que, como notícia a imprensa nacional, elementos da Polícia Militar teriam prendido, batido, torturado e matado o operário José Teófilo da Silva. Hematomas à mostra, orifícios de bala no peito, a língua cortada, o membro genital decepado, um trabalhador mutilado, um operário destroçado pela fúria irracional de um barbarismo policial covarde e frio.

Matar um homem, Sr. Presidente, seja Abraão Lincoln ou José Teófilo, é uma ofensa grave à lei, ao Criador e à sociedade. Torna-se, no entanto, degradante e iníquo quando a impunidade o envolve



para servir os que estão no poder. Por isso é que quando familiares do Governador são acusados de co-autores do homicídio; quando policiais que o servem são os agentes do assassinato; quando o delito praticado mafiosamente provoca comoções sociais; quando o inquérito policial invalida-se pela parcialidade e a Justiça tropeça nos interesses do Governador, não resta a este senão afastar-se do Governo enquanto perdurar a investigação criminal. É que um processo ou inspira credibilidade ou se torna uma impostura. O Governador deve respeito ao seu Estado e tem obrigações sagradas com o seu povo. A Moral exige-lhe compostura e o Direito submetê-lo ao seu império. Se o sentimento de honra envolve o Governo cearense; se dispensa respeito à opinião pública; se não se quiser cobrir da suspeição mais comprometedora, assuma o Governador a responsabilidade ética que o caso impõe, afastando-se do Governo do Estado.

É a decência, é o pundonor, é a honorabilidade que exigem o gesto moralizador, sem o que ao derredor do caso continuará gravitando o interesse pela impunidade.

Nas pontas de um dilema encontra-se o Governador do Ceará: ou se engrandece, afastando-se do Governo, ou se amesquinha no apadrinhamento indireto do delito. Esperamos a opção primeira: afastando-se do Governo e solicitando aos órgãos federais a apuração do crime, tanto pela autoria policial do delito, quanto pela acusação que pesa sobre seus familiares. E mais ainda, convoque o Governador a Seção do Ceará da Ordem dos Advogados para acompanhar, oficialmente, a apuração desse horrendo delito. Assim, o Governador estaria contribuindo, dessa maneira, que só o enalteceria da opinião pública, para a isenção e imparcialidade do inquérito. Caracterizada a ofensa aos direitos humanos, espera-se, Sr. Presidente, a participação, no caso, da Ordem dos Advogados do Brasil, por sua Seção do Ceará.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, só assim cessaria a suspeição que o envolve, não lesionando o Estado que tem como patrimônio o respeito nacional, e devolvendo à sociedade a tranquilidade que merece.

Queira Deus, Sr. Presidente; queira Deus, Srs. Congressistas, que o Governo do Ceará seja composto de homens de bem. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

**O SR. PRESIDENTE** (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

**O SR. PEIXOTO FILHO** (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Depois que o Senado Federal promoveu homenagem ao Sr. Edson Arantes do Nascimento, mais conhecido por Pelé, figura criada no laboratório da mitologia santista e até hoje gozando o fausto e a opulência de um mito venerado por muitos, graças ao permanente apoio de uma imprensa excessivamente amiga, chegou-se à conclusão que esse ilustre "Semideus" não passa mesmo de um vulgar mito, conforme bem demonstra o jornalista Alfredo Obliziner, em sua coluna de 25 último do *Correio Braziliense*, que passo a ler para que conste dos Anais do Congresso Nacional:

#### "PELÉ, CUIDE DA IMAGEM

O empresário, astro de cinema, publicitário, desportista e atleta extraordinário Edson Arantes do Nascimento, ou simplesmente Pelé, está sendo mal assessorado — o que é ruim para um homem de tão múltiplas atividades no mundo dos negócios — ou não teria feito declarações contra a imprensa, afirmando que "a imagem do Brasil no exterior é deturpada por algum repórter inconformado com o sistema".

Que o Rei do Futebol queira continuar a vender, "como sempre fez", a imagem do Brasil, é altamente louvável, mas não deve ser mais realista do que o Rei (se me perdoa o trocadilho). Não se lance contra os jornalistas, pobres integrantes de um "poder" peado pela Lei de Segurança

Nacional, Lei de Imprensa, AI-5 e tantas outras medidas de defesa do Estado.

Pelé não precisa de tais recursos para se manter nas boas graças do Governo. E, afinal, quem, se não a imprensa ergueu o garoto da baixada santista aos olhos do mundo? Quem, se não os repórteres e cronistas esportivos, sacudiu o nome de Pelé da modesta cidade praiana para entroná-lo nos campos da Suécia, fazendo surgir um novo ídolo para a humanidade?

Não, não acredito que Pelé se volte contra os jornalistas para justificar erros que todos os Governos cometem e que o nosso vem-se esforçando para superar. Um bem sucedido investidor como o Sr. Edson Arantes do Nascimento não pode cometer tal injustiça pois estaria se voltando contra suas mais recentes amizades — os homens de negócios que no encontro da CONCLAP reclamaram medidas para a rápida institucionalização do País.

Pelé não se insurgiria, também, contra outra classe a que pertence, os artistas de rádio, cinema, televisão e teatro. Estes, igualmente, há pouco entregaram documento ao Ministro da Justiça reivindicando o fim de toda a censura. Não, o crioulo querido, que chora pelas crianças desamparadas, não se rebelaria contra a Igreja misericordiosa, que exige o fim de sevícias e espancamentos de presos.

Ou será que Pelé não acredita na Ordem dos Advogados do Brasil quando reclama o Estado de Direito, nos estudantes, que pedem o fim do 477, nos órgãos representativos do comércio de São Paulo, que exigem mais liberdade, enfim, em diversas outras entidades representativas de nosso povo, inclusive o Congresso Nacional, que ontem o homenageou e que vem-se manifestando pela redemocratização do Brasil?

Pelé, o Rei, tem um nome a preservar. Por isso, mude de assessoria. Mude de assessoria ou de nome, porque estão comprometendo sua imagem, aqui e no exterior..."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Barros.

**O SR. CELSO BARROS** (MDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Declarações feitas nesta cidade há cerca de quatro dias pelo Ministro Nascimento e Silva, da Previdência Social, colocam em debate duas idéias ligadas a esse setor: o volume de recursos previdenciários arrecadados pela rede bancária nacional e a forma de obtenção de reservas financeiras para o INPS.

Quanto à primeira, merece os nossos aplausos. O Sr. Ministro da Previdência deve empenhar-se junto às autoridades monetárias, no sentido de reduzir o prazo de permanência do volume de recursos da previdência na rede bancária particular. Como se sabe, a arrecadação de tais recursos é feita através dessa rede bancária, que ali permanecem depositados pelo prazo de 45 dias, como forma de retribuição pelo que despendem os bancos em custo de material e funcionários. Ora, tendo-se em vista os altos juros cobrados pelos empréstimos concedidos pelos bancos, com a utilização gratuita desses depósitos, a previdência está contribuindo, diretamente, para aumentar a capacidade lucrativa dessas organizações, fugindo, assim, às suas finalidades.

O prazo de 45 dias revela-se extremamente atraente para os bancos, como salientaram técnicos do Ministério na *Gazeta Mercantil* de 25 do corrente, sobretudo se considerarmos que existe uma previsão desses depósitos de cento e vinte e cinco bilhões de cruzeiros.

Os recursos da previdência social não podem servir de ajuda a empreendimentos privados. Seria uma distorção ou um desvio. O contrário, sim, é o que deve prevalecer. Entre o interesse público, que é o da previdência, e o interesse privado, que constitui o suporte da rede bancária privada, ressalta o valor social do primeiro.

O prazo acima referido é realmente excessivo e contribui para reduzir as possibilidades da previdência social em seu campo de atuação. Impõe-se a redução pretendida, com justa razão, pelo Ministro Nascimento e Silva. E não deve ela ser adiada. O prazo de utilização daqueles recursos não deve ser superior a 15 dias, a menos que se provem prejuízos concretos na arrecadação deles pela rede bancária.

Já quanto à outra idéia não merece os nossos aplausos. As reservas financeiras do INPS, embora necessárias até certo limite, não devem constituir meta assim tão importante para o Instituto, cuja finalidade não é lucrativa, mas assistencial. E nem é possível cogitar-se daquilo que está nas pretensões do Ministro, conforme resultou de suas aludidas declarações: a constituição de reservas mediante aplicações em *Obrigações do Tesouro Nacional* do saldo financeiro obtido no final de cada exercício pela Previdência.

Sabemos as deficiências de que padece a Previdência com relação a vários serviços essenciais ao preenchimento de suas finalidades básicas. Para suprir essas deficiências é que devem ser aplicadas as reservas anuais do INPS, reservas essas que atingirão, no corrente exercício, segundo a mesma fonte, a quinze bilhões de cruzeiros.

O setor hospitalar da previdência social é um dos mais carentes. Em razão disso, o INPS é levado, em todos os Estados, a valer-se da rede hospitalar privada, ou pública, mantendo com ela convênios para o atendimento de suas necessidades.

No Piauí, por exemplo, Estado que representamos, não existe nenhum hospital da Previdência Social. Os serviços médicos ressentem-se de falhas cada vez maiores, fato esse que já denunciávamos, com apelo no sentido de que fossem construídos três hospitais naquele Estado, nas cidades de Teresina, Parnaíba e Floriano.

Que o Sr. Ministro Nascimento e Silva leve à frente a sua corajosa idéia de reduzir o prazo dos depósitos bancários, mas desista da outra idéia, que não tem sentido social. Queremos a Previdência bem aparelhada para servir bem a todos os trabalhadores brasileiros e não apenas a uma minoria. Esta seria uma vitória altamente significativa do Ministro da Previdência. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS** (ARENA — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Governo gaúcho realizou convênios envolvendo mais de vinte e oito milhões de cruzeiros provenientes do Fundo de Assistência Social, para beneficiar cinquenta e três Municípios, na Construção de escolas no meio rural.

Na oportunidade, o Secretário da Educação do Rio Grande do Sul informou aos prefeitos presentes que até março do próximo ano estarão em funcionamento setecentos e noventa e cinco escolas na zona rural, atendendo a cerca de noventa e seis por cento da demanda desse tipo de ensino.

Afirmou o Governador Sinval Guazzelli que, nos quatro anos de sua administração, deverão estar concluídas mais de mil e duzentas escolas, com o apoio federal e a participação dos Municípios, representando mais de noventa por cento das necessidades do Estado.

Queremos congratular-nos com esse desempenho, Sr. Presidente, que poderia muito bem servir de exemplo ao Governador de Goiás, onde os Municípios, cada vez mais pobres e injustiçados pela discriminação tributária, se vêem obrigados a custear sozinhos a construção e manter, sem qualquer auxílio estadual, suas escolas rurais.

Aproveitamos a oportunidade para sugerir ao FAS que exija sejam ministradas aulas práticas de atividades agrícolas e pecuárias na rede escolar que subvenciona ou com quem realiza convênios, sem o que não atenderia aos pedidos de empréstimos para a implantação desses estabelecimentos de primeiro grau.

Ninguém duvida, hoje, não apenas em função da constante e crescente exigência mundial de alimentos, que seremos, sempre, um País de predominante economia rural, pelos imensos espaços agrários de que dispomos, pelo clima privilegiado, sem nenhum deserto, nem geleiras, e, até mesmo, porque, em oito e meio milhões de quilômetros quadrados não temos um só vulcão em atividade.

Os privilégios que a natureza nos conferiu devem ser convenientemente aproveitados pelo homem e, com o desenvolvimento tecnológico, isso não se fará sem estudo e especialização, a partir do currículo primário.

Escola no meio rural não pode deixar de ensinar as novas técnicas da pecuária e da agricultura, a nível dos educandos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nosser Almeida. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Odacir Klein.

**O SR. ODACIR KLEIN** (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A legislação reguladora da Previdência Social prevê, nas fontes de custeio, que os proprietários de casas construídas em alvenaria são solidariamente responsáveis com os construtores pelas taxas, pelas contribuições devidas ao Instituto Nacional de Previdência Social.

Estamos recebendo, agora, do Rio Grande do Sul, mais especificamente da Cidade de Passo Fundo, notícias, através dos órgãos de divulgação, de que 14 fiscais do INPS chegaram, repentinamente, àquela cidade e estão fazendo um levantamento, de 11 anos para cá, de todas as construções havidas, inclusive autuando os proprietários dessas construções para que sejam compelidos ao pagamento das taxas do INPS, mais juros e correção monetária.

É uma forma errada de agir, Sr. Presidente, porque esses proprietários, na maioria, não têm o comprovante de recolhimento da taxa previdenciária: algumas empresas construtoras que recolheram essas taxas, inclusive faliram; outros proprietários que procederam ao recolhimento, no decurso desses 11 anos perderam o comprovante e estão agora sendo autuados para fazerem o pagamento com as taxas acrescidas de juros e correção monetária, o que é, na verdade, uma forma de enriquecimento ilícito do INPS e uma cobrança indevida em relação a esses proprietários, em grande parte trabalhadores que, com muito sacrifício, conseguiram construir uma casa residencial.

Desta forma, Sr. Presidente, estamos a chamar a atenção do INPS para o problema, porque fatos dessa natureza não podem ocorrer, onerando principalmente pequenos trabalhadores e fazendo com que paguem uma taxa indevida. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aldo Fagundes.

**O SR. ALDO FAGUNDES** (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Desejo ler, para que conste dos Anais do Congresso Nacional, a *Proclamação de Brasília*, documento divulgado pela Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal, clamando pela representação política do brasiliense.

O texto, breve e incisivo, é claro na exposição e nas conclusões. Pela brevidade do tempo regimental para esta intervenção, vou dispensar os comentários que poderiam ser feitos e desde logo proceder à leitura.

E ao fazê-lo, Sr. Presidente, manifesto minha mais integral solidariedade a esta patriótica campanha. A afirmação da democracia não pode ser feita sem o concurso do povo, através do voto. Sendo, por isso, minhas homenagens ao Presidente Lindberg Aziz Cury e a todos os seus companheiros envolvidos nesta benemérita pre-

gação cívica de esclarecimento e conscientização da opinião pública. O documento é o seguinte:

"No dia 21 de abril de 1978 a cidade completará 18 anos de existência, quando então todos os brasileiros natos terão adquirido a maioria eleitoral, sem contar ainda os que antes aqui nasceram, porque seus pais, acampados na poeirenta Cidade Livre, antecederam a inauguração oficial da Nova Capital.

A esta altura Brasília já é uma cidade adulta.

Se evoluiu para a maturidade, também é chegada a hora de que tal realidade seja reconhecida pela lei.

Não mais se compreende o descompasso entre um eleitorado consciente e a incompatibilidade de exercer o direito do voto. Mais que o direito, o dever.

Estabelece a Constituição Federal, em seu artigo 147, que "são eleitores os brasileiros maiores de 18 anos, alistados na forma da lei", acrescentando o seu parágrafo primeiro que o "alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei".

Dessa forma, o impedimento de eleitor brasileiro tipifica uma violação, e mais do que isto, uma injustiça constitucional inexplicável.

Não se situa ele no plano da igualdade perante os demais eleitores. Ficou despojado do seu direito de participar, transformando-se num pária na paisagem política. Um punido sem crime.

O Senado da República, especialmente pela Comissão do Distrito Federal, por sua vez, não possui nem vocação nem estrutura para atender as necessidades legislativas do Distrito Federal, no seu âmbito mais abrangente.

As carências administrativas passam-lhe despercebidas. Os anseios da população não lhe encontram teto para formarem eco, pois está voltado para os problemas dos Estados que representa e para os da Nação.

Urge pôr termo à iniquidade.

Não se pode mais conter a irrefreável vontade popular de participação no processo político.

O único meio pelo qual se deve concretizar tão almejado anseio é pelo sufrágio universal do voto, em que os eleitores, escolhendo os seus candidatos, alça-os à condição de seus legítimos e diretos representantes no Poder Legislativo.

Brasília, 24 de novembro de 1977."

"Brasília, a capital que todos nós escolhemos para viver, que ajudamos a edificar tijolo por tijolo, pedra por pedra, que escolhemos para educar os filhos — a maioria deles aqui nascidos após a epopéia da inauguração — não pode sofrer a permanente e sistemática injustiça da exceção.

Todas as unidades que constituem a Federação, inclusive os seus Territórios, mantêm no Congresso Nacional delegados ungidos sacramentalmente nas urnas, com o direito assegurado ao debate aberto e à livre manifestação para o encaminhamento de suas pretensões.

A Capital da República — "cérebro das altas decisões nacionais" — forma no paralelo dessa regra a grande iniquidade que a força do princípio da analogia não deve, não tolera e não coonestar, à luz do salutar conceito de isonomia inscrito peremptoriamente na Carta Magna, de que "todos são iguais perante a lei".

Ultrapassadas que foram as estimativas idealizadas de uma população para a Capital, no ano 2.000, em torno de 600 mil habitantes, as estatísticas estão a demonstrar que ela alcançará quase o dobro no ano que vem.

Há que aduzir a esta evidência, todo um conjunto populacional de elevado nível cultural com um reduzido índice de analfabetismo, capacitando os brasileiros com os indispensáveis elementos de discernimento para traçarem os seus próprios destinos.

Dessa concentração humana que idealiza, trabalha, constrói e estuda, forjou-se a tempera de autênticos desbravadores, de avós a netos, estruturando uma indústria de transformação, fortalecendo o comércio, instalando vários jornais e emissoras de rádio e televisão, fazendo funcionar centenas de escolas de segundo grau e algumas universidades, o que forma, a largos traços, todo um complexo humano de que hoje a Capital é dotada."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Guedes.

**O SR. GERALDO GUEDES** (ARENA — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Quero cumprir um dever que não é, na verdade, dos mais alegres, mas nem por isso deixa de ser dos menos ou dos mais necessários, que é o de me referir à passagem para a reserva do General Fritz de Azevedo Manso, que foi meu Subcomandante na Escola Superior de Guerra, como também do ilustre Senador Dirceu Cardoso, que honra com a sua presença a Mesa do Congresso Nacional.

Não, é, Sr. Presidente, dos mais alegres, na verdade, este registro, porque passou para a reserva, por força de lei, o General Fritz. Vêem-se, Sr. Presidente, as Forças Armadas privadas da colaboração de um dos seus mais competentes e dignos chefes, que deixa, assim, a carreira militar no mais elevado posto da hierarquia, tendo-a servido, sempre, com bravura, com dedicação, com lealdade e com os melhores propósitos de servir a nossa Pátria.

Por outro lado, acredito que seja preciso, agora, cumprir a outra parte do meu dever, o dever necessário, aquele, Sr. Presidente, que permitam-me dizer, é o dever de todos nós, Congressistas, representantes das diversas regiões do País, que confiam nas minhas palavras ao registrar os serviços prestados pelo General Fritz de Azevedo Manso em sua carreira militar, desde o dia em que, rapaz ainda, recebeu a declaração de Aspirante até hoje, quando deixa o QG do Planalto, por ter que cumprir dispositivos legais.

Quero, apenas, registrar, de sua carreira, dois fatos que me pareceram, dadas as ligações conosco, com o poder político, da mais alta valia: o desempenho de missões militares no exterior, quando teve ocasião de dialogar com Chefes militares, de alta competência, de outros países, e uma conferência que S. Ex<sup>a</sup> fez, aqui, no auditório Nereu Ramos, como Chefe do Estado-Maior do Exército. Salvo engano, a conferência versou sobre os efeitos da guerra revolucionária e sobre características da guerra contemporânea. Naquela oportunidade S. Ex<sup>a</sup>, reafirmando conceitos dominantes, tocou, com muita proficiência, a matéria para nos dizer que não basta apenas condenar a ideologia comunista, nem evidenciar suas falácias, nem desmascarar seus mitos, como ainda há pouco fez, recentemente, segundo li no *Jornal do Brasil* S. Ex<sup>a</sup>, o General Andrade Serpa, Comandante do III Exército. Com efeito, há que se oferecer a cada indivíduo, com ênfase especial aos setores da população mais sensíveis à guerra psicológica adversa, condições favoráveis, em termos culturais e psicológicos, que lhe permitam adquirir a convicção de que o homem é a base e o fundamento de todas as decisões do Estado, não se deve deixar transformar em máquina de produção e consumo e que não seja, o seu primeiro objetivo a conquista do gozo individual dos bens materiais; mas que se eleve e pratique o humanismo, que corresponda à expectativa do homem de amanhã, conformando-o a uma doutrina do bem comum. Uma doutrina que estabeleça o justo equilíbrio entre o material e o espiritual, que devolva ao homem os elementos essenciais à vida; que o liberte da ignorância, da desigualdade social e política, que baseada no amor e na verdade, na justiça e na igualdade, torne realidade o respeito à dignidade da pessoa humana, destrua o mal e eleve o bem, oferecendo a todos a escola tradicional de valores positivos.

Com estas palavras, Sr. Presidente, quero enviar, daqui, um testemunho sincero de respeito, de admiração e de reconhecimento pela vida deste grande soldado, que hoje deixa as fileiras ativas do Exército Brasileiro e volta ao recesso de seu lar com a certeza de haver cumprido com seu dever.

Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cantídio Sampaio.

**O SR. CANTÍDIO SAMPAIO (ARENA— SP)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

*A Folha de São Paulo nos oferece, em sua edição de domingo último (dia 27), em sua seção econômica, uma notícia inacreditável: os nossos 50 maiores bancos comerciais, em conjunto, entre 1973 e 1976, lograram um fabuloso aumento real de seus lucros, correspondente a 266,8%!*

De acordo com o estudo do ilustre economista Eduardo M. Suplicy, a que se deve a inverossímil publicação, nesse mesmo período, as 50 maiores empresas estatais registraram acentuada redução em seus lucros reais (-8% em 1976, relativamente a 1973); as 50 maiores estrangeiras, idem (-8%) e as 50 maiores empresas nacionais, um modesto aumento de 23,3%.

Comparado com o salário médio real, a discrepância é ainda mais aguda: contra os desmensurados 266,8% dos bancos, a paga média ao trabalhador cresce apenas 16%, se tomado como deflator a FGV ou 12,41%, se o DIEESE.

É claro que a essa bem-aventurança há de opor-se o regime de vacas magras a todos quantos dependem de financiamento, para incrementar os vários setores produtivos da Nação.

Não é possível que tais organizações continuem a emprestar, a juros altos, o dinheiro que ameilham sem pagamento de interesse algum, engendrando estímulos inflacionários que praticamente anulam todos os esforços contensivos levados a cabo pelas autoridades responsáveis.

O numerário que arrecadam em nome das repartições públicas permanece em suas caixas o tempo necessário para proporcionar um valioso encaixe. No caso do INPS, como referiu o Ministro Nascimento e Silva, são 45 dias, o que significa a permanência de uma massa de contribuições equivalente a pelo menos 1 mês.

Nada justifica, pois, que continuem esses estabelecimentos comerciais no regime de juros absolutamente livres. Não é admissível que continuem a emprestar caro o que recebem graciosamente, às vezes até cobrando taxas administrativas pelo trabalho de arrecadação que tanto lhes rende.

O lucro escandaloso que auferiram em 1974, em 1975 e em 1976, respectivamente 138,9%, 223,3% e 266,8% em relação a seus lucros de 1973 (lucros reais, repito), são a prova inescusável de que se aproveitam de uma distorção que absolutamente não se justifica, numa quadra em que todo o País experimenta dificuldades de toda a ordem, incompatíveis com qualquer tipo de privilégios.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

*O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

**O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ)** Pronuncia o seguinte discurso. — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O evangelismo pátrio e, em especial, as Igrejas Evangélicas Congregacionais, engalanam-se para comemorar o transcurso do 40º aniversário de Ordenação Ministerial do Rev. Manoel da Silveira Porto Filho.

No princípio de dezembro de 1937, orientado pelo Rev. José Barbosa Ramalho, que o batizara e lhe ministrara as primeiras lições do Evangelho, Porto Filho recebia, por imposição de mãos, o Ministério Evangélico, assumindo, de imediato, o Pastorado da Igreja Evangélica Congregacional de Areia Branca. Mais tarde, pastoreou a Igreja de Santíssimo. Mas, quase todos estes anos ele os viveu à frente da Igreja Evangélica Campo-Grandense, onde, ainda hoje, pontifica, como Pastor e amigo de toda comunidade.

Conheço o Rev. Porto Filho desde a minha mocidade. Senti, de perto, a influência de sua liderança quando, na Presidência da Confederação da Mocidade Congregacional do Brasil, tinha eu que seguir as diretrizes da Junta Geral daquela Igreja, que era presidida por Porto Filho.

À frente da denominação congregacional, nós o vimos ao longo de muitos anos. Até agora foi quem, por mais tempo consecutivo, liderou os congregacionais brasileiros.

Sua liderança, no entanto, foi além das fronteiras denominacionais, pois a Presidência da Confederação Evangélica do Brasil ele a exerce por mais de uma vez. Integra organismos internacionais que cuidam da educação religiosa, do ensino teológico, da atividade evangelística e missionária. Professor de muitos méritos, é a maior inteligência presente do Seminário Teológico do Rio de Janeiro, das Igrejas Congregacionais, ao mesmo tempo em que é, sistematicamente, convidado para ministrar cursos de Teologia em Universidades das Américas do Norte e Central.

Poeta, Manoel da Silveira Porto Filho tem diversos livros publicados. Sua influência na hinologia evangélica é inconteste. As novas edições de Salmos e Hinos perpetuam esta participação. Escritor de estilo inconfundível, é ele membro da Academia Brasileira de Letras Evangélicas. Orador de recursos inesgotáveis, Porto Filho é um dos mais importantes conferencistas evangélicos da atualidade, em nosso País.

Pastor, consciente de sua vocação divina, Manoel Porto Filho tem-se mantido firme no Ministério da Palavra, vivendo bênçãos incontáveis, junto a diversas gerações que, dele, recebem a melhor influência. A Igreja Evangélica Campo-Grandense, que ele dirige há quase quatro décadas, tem por seu Pastor um carinho todo especial, um respeito filial, seguindo-lhe os conselhos e o ouvindo atenciosamente, pois todos, ali, sabem que de sua boca partem palavras ditadas pela sabedoria e vontade divinas.

Por tudo isso, Sr. Presidente, não nos surpreendem as homenagens que lhe são prestadas, ao ensejo do transcurso de seu 40º aniversário de Ordenação Ministerial.

A presença de Manoel da Silveira Porto Filho tem sido benéfica na própria sociedade campo-grandense. Professor de Língua Portuguesa é membro do Lions Clube, onde já exerceu a Presidência, brindando seus pares com palestras que enlevam e que edificam.

Apesar das supresas que a vida lhe tem reservado, algumas através de rudes golpes, Porto Filho é símbolo de tranquilidade, de fé, de uma confiança inquebrantável no Senhor nosso Deus, aquele que lhe tem dado forças suficientes para continuar sua jornada, distribuindo o Evangelho e ensinando a todos o caminho em que devem andar.

Nesta homenagem que presto a Manoel da Silveira Porto Filho, quero reverenciar-lhe o caráter, reconhecer todos os seus méritos e transmitir ao ilustre Ministro a mais profunda admiração e respeito, que lhe devoto, desde há muito.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira.

**O SR. JOEL FERREIRA (MDB — AM)** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, volto a mostrar meu inconformismo pela maneira como se está conduzindo o processo que visa à constitucionalização do nosso País. Todas as fórmulas, Sr. Presidente, que se tentaram empregar, foram sempre com sentido casuístico, sem nenhuma grandeza de ordem nacional.

Isto tem levado, a nós do MDB, à preocupação com assunto tão sério, porque se tem tratado o assunto de maneira tão insincera, como a que está sendo conduzida pelos homens do Partido do Governo. Já não é a primeira nem a décima vez, que se vêem parlamentares do Partido governista anunciando, em manchete, a fragorosa derrota do seu Partido nas eleições de 1978.

O *Jornal do Brasil* diz que parlamentares junto ao Governo de São Paulo demonstraram a S. Ex<sup>a</sup> insofismavelmente a sua certeza de que a ARENA será derrotada nas próximas eleições.

Isto pode ser apresentado de duas maneiras, Sr. Presidente: uma a convicção absoluta, e outra, talvez, ainda achando que as medidas casuísticas que têm sido usadas pelo Governo sejam poucas, e que é necessário fazer mais para que o Partido do Governo não perca as eleições.

Sr. Presidente, há limite para tudo, até diria para a conversa do eminente Presidente do Congresso Nacional, a quem tenho demonstrado respeito e tecido elogios pela sua maneira de conduzir o sistema, sistema de conversações, de diálogo, visando a encontrar fórmulas para a constitucionalização do País.

Mas, já agora me parece que até mesmo a conversa do Senador Petrônio Portella está se esticando demais, e não está concretizando nada para que o País possa sair desse clima, que oferece, inclusive, ambiente para acontecimentos como esse denunciado da tribuna do Congresso Nacional, há pouco, pelo Deputado cearense Paes de Andrade, em que brutalidades criminosas são praticadas, e, no final das contas, nada é apurado.

Vida humana não tem valor, não significa nada, Sr. Presidente. Esse é um caso somado a tantos outros, não é um caso isolado.

No Estado do Rio de Janeiro, há poucos dias, policiais, em número de quatro ou cinco, praticaram barbaridades, e não se sabe, não se tem notícia, do final da apuração dessas brutalidades.

É preciso, Sr. Presidente, que o País se reencontre com a Nação, com o Estado de Direito, mas num outro processo mais sério do que está sendo levado aí. Porque o pior é exatamente isto: a credibilidade do Governo chegou ao fim. Até mesmo medidas que possam vir em favor da Nação só quando realizadas, porque, anunciadas, ninguém nelas acredita.

Agora, as expectativas da Nação estão para a fala do Senhor Presidente da República, no dia 1º de dezembro. Veremos, Sr. Presidente, se, nesta altura dos acontecimentos, alguma coisa de concreto será anunciada ao País.

Pessoalmente, eu que não sou dos pessimistas, já não espero grande coisa da fala de Sua Excelência, do ponto de vista constitucional, para que o Brasil tenha, realmente, a tranquilidade de que pode continuar pisando em terreno firme.

Meus votos, no entanto, são para que os dirigentes do País acordem enquanto é tempo, possam se fazer acreditar perante a Nação, de tal maneira que as suas atitudes e palavras possam, realmente, merecer fé, porque, de resto, estamos perdidos se nada disso mudar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Dirceu Cardoso.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** (MDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas

Cumpro um agradecido dever para com esta Casa, da qual guardo, na minha vida parlamentar, as mais gratas recordações.

Aqueles que se interessam pelo problema siderúrgico do País; aqueles que estudam as repercussões da produção do aço e da exportação de minério na economia do Brasil, terão amanhã, às 10 horas, na Comissão de Minas e Energia do Senado, a oportunidade de ouvirem do Vice-Presidente da SIDERBRÁS, a *holding* que superintende a siderurgia brasileira, as linhas, as diretrizes básicas da política siderúrgica brasileira.

Amanhã, a convite do ilustre Presidente da Comissão de Minas e Energia, Senador Jarbas Passarinho, comparecerá, às 10 horas, frente àquela Comissão, o Sr. Vice-Presidente da SIDERBRÁS, Dr. Wilke Barbosa Moreira, uma das mais altas e credenciadas figuras da siderurgia brasileira, Diretor que foi, por muitos anos, da ACESITA e Vice-Presidente, há 2 ou 3 anos, da SIDERBRÁS.

Portanto, todos os brasileiros, principalmente os Srs. Deputados, nossos ilustres colegas, que desejem conhecer as diretrizes, os fundamentos e a orientação da siderurgia brasileira, compareçam àquela Comissão, amanhã, para ouvirem da boca do Sr. Vice-Presidente da SIDERBRÁS todo o desenrolar e o desenvolvimento da política siderúrgica brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Amaral Peixoto) — Está terminado o período de breves comunicações (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação da Redação Final do Projeto de Lei nº 17, de 1977-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1978.

**O SR. PRESIDENTE** (Amaral Peixoto) — Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 188, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1 577, de 10 de outubro de 1977, que dispõe sobre a concessão de isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, nos casos que especifica.

Em discussão o projeto (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de decreto legislativo que acaba de ser aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Amaral Peixoto) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 40 minutos.)

**ATA DA 253ª SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1977****3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura****PRESIDÊNCIA DO SR. AMARAL PEIXOTO**

**ÀS 19 HORAS E 45 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Altevir Leal — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessê Freire — Domício Gondim — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraíso — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Ruy Santos — Direcu Cardoso — Eurico Rezende — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

**E OS SRS. DEPUTADOS:****Acre**

Nabor Júnior — MDB; Nasser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

**Amazonas**

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Raimundo Parente — ARENA.

**Pará**

Alacid Nunes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

**Maranhão**

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

**Piauí**

Celso Barros — MDB; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Climaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

**Ceará**

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

**Rio Grande do Norte**

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

**Paraíba**

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humber-

to Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

**Pernambuco**

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

**Alagoas**

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

**Sergipe**

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raymundo Diniz — ARENA.

**Bahia**

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Nôide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

**Espírito Santo**

Aloísio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanella — ARENA; Parente Frota — ARENA.

**Rio de Janeiro**

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

**Minas Gerais**

Aécio Cunha — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Achel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

**São Paulo**

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurélio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cândido Sampaio — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Ivahir Garcia — ARENA; João Aruda — MDB; João Cunha — MDB; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturoli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

**Goiás**

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

**Mato Grosso**

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

**Paraná**

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Ary Kiffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleversson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Gamaliel Galvão — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Norton Macêdo — ARENA; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

**Santa Catarina**

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jai-son Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

**Rio Grande do Sul**

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lindovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Noberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

**Amapá**

Antônio Pontes — MDB.

**Rondônia**

Jerônimo Santana — MDB.

**Roraima**

Hélio Campos — ARENA.

**O SR. PRESIDENTE** (Amaral Peixoto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 47 Srs. Senadores e 322 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

**O SR. ANTÔNIO BRESOLIN** (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O MDB gaúcho, no cumprimento de sua meta eleitoral, continua articulando grandes concentrações, divulgando a campanha em favor da Constituinte.

Com este objetivo, a próxima concentração se realizará em Frederico Westphalen, importante município que tenho a honra de representar nesta Casa.

Neste sentido, recebi do Diretório do MDB daquele Município o seguinte ofício:

“MDB — MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO — RO — MDB

Diretório Municipal de Frederico Westphalen — RS-98400

Ofício nº /77

Frederico Westphalen, 18 de Novembro de 1977.

Senhor Deputado.

A Executiva do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de Frederico Westphalen, tem a satisfação de convidar a Vossa Excelência, para uma grandiosa concentração Regional, que fará realizar no próximo dia 4 de dezembro, conforme programa anexo.

Dada a grande repercussão positiva que terá o nosso partidar na Região, com a presença de Vossa Excelência, solicitamos o obséquio de fazer o possível para se fazer presente.

Na expectativa de merecer a sua honrosa presença, colhemos o ensejo para renovar a Vossa Excelência nossos protestos de estima, respeito e admiração, a par das calorosas saudações democráticas.

Cordialmente. João Alberto Mariotti, Vice-Presidente, em Exercício — Deoclides Vendrusculo, Secretário.

A S. S<sup>o</sup> o Sr.

Deputado Antônio Bresolim.

Deputado Federal.

Câmara dos Deputados.

Brasília — DF.”

“Programa da Concentração Regional que o MDB de Frederico Westphalen estará promovendo no dia 4 de dezembro de 1977.



Às 9:00 horas, Recepção de Caravana Emedebista no Aeroporto Municipal;

Às 9:30 horas, Concentração no Ginásio de Esportes do Ipiranga F.C.;

Às 12:00 horas, Almoço de Confraternização;

Às 14:00 horas, Grande Concentração popular, tendo como local o Estádio de Futebol do Ipiranga Futebol Clube.

Frederico Westphalen, 17 de novembro de 1977. — **João Alberto Mariotti**, Vice-Presidente, em exercício — **Deoclides Vendruscolo**, Secretário."

Folgo em informar, também, que Frederico Westphalen, por duas vezes consecutivas, vem sendo administrado com grande eficiência pelo MDB.

Estou certo de que esta concentração marcará mais um tento na vibrante e vitoriosa jornada do MDB gaúcho. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Deputado Daso Coimbra.

**O SR. DASO COIMBRA** (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Um dos bairros de maior densidade demográfica, senão o de maior densidade demográfica do Rio de Janeiro, é o Bairro do Jacarezinho.

Ali, entre os bairros de Rocha, Sampaio, Engenho Novo, Vieira Fazenda, Higienópolis e Bonsucesso, concentra-se uma população de cem mil habitantes. Esses habitantes contam com um serviço de policiamento ostensivo, em local erguido pelos próprios comerciantes da região. Sr. Presidente, são seis soldados do Batalhão de Polícia do Meier que se revezam no serviço de policiamento ostensivo, no Bairro do Jacarezinho. No entanto, o engenheiro desse Batalhão esteve, há poucos dias, no local e achou que não havia condições de segurança para o funcionamento desse destacamento ostensivo nesse bairro. Por esse motivo, naturalmente, serão retirados os soldados que ali se revezam diariamente, podendo isto tornar menos segura e menos tranqüila a vida dos moradores daquela região.

Queremos endereçar um apelo às autoridades da Polícia Militar da cidade do Rio de Janeiro, para que prossigam com o policiamento ostensivo naquela região. Se é bem verdade que não dispõe de recursos, no momento, no seu orçamento, para fazer novas instalações, no entanto, os moradores do local, especialmente os comerciantes, tenho certeza, estarão dispostos a nos ajudar a resolver os problemas apontados pelo engenheiro enviado pelo Batalhão de Polícia do Meier, no sentido de poder continuar a funcionar o policiamento ostensivo.

Ontem, ali estivemos em contato com dirigentes da associação de moradores do local, e vamos nos dirigir, no fim desta semana, às autoridades da Secretaria de Segurança para conseguir o que tanto desejam os habitantes do Jacarezinho: a continuação do policiamento ostensivo naquela região.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS** (ARENA — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente Srs. Congressistas:

Numa conferência realizada no Latin-American-European Symposium, em Montreux, na Suíça, o empresário Affonso Arnan do Lima Vitale, diretor-geral do BRASINVEST e Presidente da Associação das Empresas Brasileiras de Reflorestamento, referindo-se às perspectivas energéticas do Brasil, assinalou que a taxa de "consumo *per capita* de energia tem crescido a níveis superiores aos da média mundial".

Por isso, salientou, fica comprovada uma expansão do nosso desempenho industrial, que autoriza a esperarmos o ingresso rápido do País no clube dos desenvolvidos.

Entretanto, o crescimento de sete por cento, contra a média mundial de cinco por cento, só será mantido se houver oferta na mesma proporção. Caso contrário, o consumo *per capita* brasileiro, a partir de 1985, será equivalente a apenas dois terços da média mundial.

Examinando as múltiplas alternativas brasileiras, com vistas à obtenção da auto-suficiência energética, segundo o ritmo de desenvolvimento econômico pretendido, prenuncia-se o início da era da xiloquímica, ou seja, a ampliação do uso da energia proveniente da madeira e outros produtos vegetais. O PROÁLCOOL seria o início dessa nova era, com a extração de combustível da cana-de-açúcar; mas, também, o carvão mineral tende a ser substituído pelo vegetal em muitas aplicações. Paralelamente, a energia elétrica será crescentemente aproveitada no Brasil, com investimentos maciços, para enfrentar a crise do petróleo.

Assinalou o conferencista que, de dezesseis e meio por cento, em 1965, a participação dos recursos hídricos do consumo global de energia no Brasil passou a vinte e três décimos por cento, em 1976, estimando "na estrutura do consumo, que, em 1980, a participação da energia elétrica será de quarenta por cento e, desse total, oitenta por cento de origem hidráulica".

Diante disso, Sr. Presidente, lamentamos que os recursos hídricos da bacia amazônica, especialmente do sistema Araguaia-Tocantins e Xingu, não tenham tido, até agora, o devido aproveitamento para a geração de energia elétrica. Se isso houvesse ocorrido, não estaríamos, agora, numa corrida difícil e cara em busca da energia nuclear, por ter uma sucedânea sem nenhum efeito poluente, nem perigo de má aplicação.

A implantação de hidrelétricas no sistema Araguaia-Tocantins daria margem para a construção imediata das grandes ferrovias internas, ligando o Brasil de Norte a Sul, de Leste a Oeste, baixando o preço dos transportes e liberando-nos da dependência, cada dia mais onerosa, da importação de petróleo.

Hoje, ninguém ignora que o preço dos combustíveis, num País de predominância do transporte rodoviário — abrangendo quase oitenta e cinco por cento das nossas opções viárias — funciona como um poderoso inflator, encarecendo os preços dos viveres e demais mercadorias e sacrificando, mais fortemente, a bolsa dos pobres, com o peso dos gêneros de primeira necessidade em seus orçamentos domésticos.

Com o crescente uso da energia elétrica, inclusive pela prometida eletrificação das nossas ferrovias, daríamos mais competitividade ao preço dos nossos produtos, no mercado internacional, melhorando as condições de vida dos brasileiros, com a repercussão inevitável do comportamento da balança comercial na elevação de renda *per capita*.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dias Menezes.

**O SR. DIAS MENEZES** (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os que nos preocupamos com o futuro dos meios de comunicação de massa, no Brasil, tínhamos como uma obsessão: a possibilidade de um primado tão opressivo de uma só empresa, capaz de conduzir o País à dura encruzilhada de um dilema infeliz: ou o monopólio de fato ou a estatização!

Nem uma nem outra das soluções poderia sorrir, sobretudo a quem preza a liberdade e sonha com o desenvolvimento.

Daí a alegria — e eu me aventuraria a dizer mesmo a felicidade comum aos homens da divulgação — que a todos tocou com a iniciativa havida pelos "Diários e Emissoras Associados" de convidar Mauro Sales para a Vice-Presidência Executiva do Grupo Associado.

Aqui, Sr. Presidente, cabe, mas cabe rigorosamente bem, a repetição do lugar comum: o homem certo para o lugar certo!

Nascido e criado num berço feliz, filho admirável desse legendário Apolônio Sales, cuja simplicidade e competência, honradez e

capacidade tanto ilustraram o Parlamento quanto o Executivo nacionais, Mauro Sales abriu, por ele mesmo, o caminho brilhantíssimo de jornalista e de publicitário que o tornaram um dos mais respeitados profissionais de nossa terra.

Em verdade indisputável, o moço pernambucano é desses homens que não precisam de postos outros senão os já conquistados; que não depende nem de empregos nem de salários, sejam eles os mais respeitáveis possíveis.

Aceitando a função que lhe foi dada, Mauro Sales certamente a recebe como uma *missão*, um serviço que um patriota esclarecido, independente e livre, deve ao seu próprio País. Um esforço que não se mede por proventos nem por honras, mas apenas e tão-somente pela alegria de ser útil à coletividade a que se pertence!

Temos vivido, todos os brasileiros, sobretudo os brasileiros que formam na Oposição, sofridas e estranhas horas de funestas censuras, quando até mesmo às organizações políticas, que são o povo em ação, se negam os meios de comunicação com as grandes massas nacionais. Talvez que isso decorra precisamente da inexistência, digamos, como nos Estados Unidos, de grandes e fortes organizações radiojornalísticas.

A presença de Mauro Sales no comando executivo da Rede Associada pode ser — e esperamos que seja! — o começo de novas estradas, a conquista de novos horizontes.

Veja-se — e ouça bem a Câmara — a coragem, mesmo o desassombro com que Mauro Sales recebe os novos encargos, dizendo, com uma clareza e um "panache" invulgares, estas palavras no seu discurso de posse:

"Sabemos que cabe principalmente a nós a responsabilidade enorme de demonstrar a viabilidade do conceito de televisão privada no Brasil, evitando que a liderança da Globo, justamente conquistada, se agigante e assim se transforme em monopólio que não lhe interessa, não nos interessa, não interessa a ninguém. E que, ao contrário, pode jogar lenha na fogueira dos que defendem a estatização da TV brasileira, o que representaria um golpe incalculável na iniciativa privada, e um perigoso passo atrás no caminho da institucionalização da democracia brasileira."

Bastariam estas palavras para justificar esta saudação que, desde a eminência desta tribuna, faço ao brilhante administrador.

Meus votos pessoais, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, são os de que Mauro Sales efetive o trabalho a que se propõe, sobretudo porque dele depende o futuro da liberdade no Brasil. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

**O SR. PEIXOTO FILHO** (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Se é verdade que nas democracias a sua precípua finalidade é a defesa, é a valorização da pessoa humana, não é menos verdade que não atingiremos esse resultado sem a proteção do trabalho, que não é apenas um direito do homem, mas também um desdobramento da sua personalidade.

Assim, não poderia deixar de registrar o transcurso do 47º aniversário de criação do Ministério do Trabalho, ocorrida em 1930, através do Decreto nº 19.433, do então Governo Provisório, com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, marcando uma nova era de construção e aperfeiçoamento da legislação social no País, tendentes à promoção e valorização do trabalhador brasileiro, dentro de um clima de paz, justiça social e harmonia entre capital e trabalho.

Em que pese reconhecer a "caducidade" de grande parte de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, por força das transformações sociológicas verificadas nestes últimos trinta anos, não se pode negar que a CLT constitui ainda o melhor instrumental assegurador da harmonia existente entre empregadores e empregados, embora a política do governo na área do trabalho não tenha assegurado melhores condições de vida ao trabalhador brasileiro, em

permanente luta pela própria sobrevivência, clamando pela reformulação da política salarial, objetivando a restituição do poder aquisitivo dos assalariados.

Sr. Presidente, ao congratular-me com o Ministro do Trabalho, servidores e trabalhadores brasileiros pelo transcurso de mais um aniversário de criação do Ministério do Trabalho, permito-me dizer, finalmente, que o direito ao trabalho se entende como a concessão a todos das condições de uma vida digna, que só se pode obter através de um plano sistematizado e sincero de justiça social.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nabor Junior. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Alceu Collares.

**O SR. ALCEU COLLARES** (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

### CURSO SOBRE INQUILINATO PARA OS SENADORES DA ARENA

3ª aula

Comissão Especial criada para estudar a legislação sobre a locação de imóveis

No dia 25 de junho de 1975, o plenário da Comissão de Constituição e Justiça aprovou o requerimento de nossa autoria criando uma Comissão Especial para estudar a legislação do inquilinato, examinando todos os projetos em tramitação e, oferecendo, ao final do seu trabalho, substitutivo consolidando e inovando a matéria.

Foram estudados os seguintes projetos que se encontravam em tramitação na Câmara dos Deputados:

I — Projeto de Lei nº 1.901, de 1974, (Deputado Alceu Collares) que regula a locação de prédios urbanos e dá outras providências;

II — Projeto de Lei nº 2.320/74, do Executivo que dispõe sobre os encargos relativos à locação de imóveis residenciais, e dá outras providências;

III — Projeto de Lei nº 417/74, Deputado Freitas Nobre, que dispõe sobre o seguro de fiança locativa nos contratos de locação de imóveis, e determina outras providências.

IV — Projeto de Lei nº 448/75, do Deputado Salvador Julianelli, que institui o Plano Nacional de Moradia para as populações com renda familiar até três salários mínimos regionais, e determina outras providências;

V — Projeto de Lei nº 877, de 1972, do Deputado Miro Teixeira, que concede o direito de purgação de mora nas locações residenciais não amparadas pela Lei nº 4.494/64;

VI — Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.320/74, do Deputado Celso Barros;

VII — Emenda ao Projeto de Lei nº 2.320/74, do Deputado Tarcísio Delgado;

VIII — Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.320/74, do Deputado Alceu Collares — Relator da Comissão Especial — aprovado por todos seus integrantes, no dia 27 de novembro de 1975.

De um modo geral, as autoridades em locação de prédios urbanos, residenciais e não residenciais, ouvidas pela Comissão Especial analisaram a necessidade de o Congresso Nacional elaborar uma nova legislação sobre locação de imóveis que consolidasse e inovasse muitos dos respectivos institutos já superados pelo tempo.

Quanto à necessidade de eliminação da denúncia vazia, apenas o Sr. Geraldo Rezende Ciribelli — Presidente da Associação Brasileira dos Administradores de Imóveis defendeu o princípio da liberdade contratual, como estímulo à construção civil.

O Substitutivo do Deputado Alceu Collares aprovado pela Comissão Especial, em síntese, apresenta as seguintes inovações:

I — Consolida todas as leis esparsas sobre a matéria de locação de imóveis residenciais e não residenciais, num só diploma legal.

2 — A consolidação por nós sugerida altera profundamente a concepção existente na atual legislação. Esta ampara exclusivamente ao proprietário e esquece do inquilino, no momento em que libera o direito de retomada e de reajustamentos anuais dos locativos.

3 — Regula o direito de retomada para só admiti-lo nos casos de infração contratual, falta de pagamento do aluguel, retomada para uso próprio ou de dependentes, despejo para demolição e construção nova, etc.; (Acabando com a famigerada denúncia vazia — Instrumento de Pressão que vem sendo desumanamente utilizado pelas administradoras de imóveis contra o inquilino desamparado).

4 — Disciplina a locação comercial e industrial com menos de cinco anos, não regulada pelo Decreto número 24.150, de 1934;

5 — Vincula os reajustamentos dos aluguéis às elevações das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional;

6 — Transfere ao proprietário a obrigação do pagamento dos tributos incidentes sobre o imóvel, bem como as despesas com seguro contra incêndio e a taxa de administração;

7 — Institui o Seguro de Fiança Locatícia, para substituir a Fiança e a Caução, quando o inquilino não puder oferecer estas espécies de garantias. Se for exigida caução do inquilino, a Administradora de Imóveis será obrigada a depositar o respectivo valor em conta vinculada na rede bancária, rendendo juros e correção monetária para o inquilino;

8 — Distingue as despesas ordinárias de condomínio, destinadas à conservação e manutenção do prédio e que devem ser satisfeitas pelo inquilino, das despesas extraordinárias de condomínio, destinadas a reformas que valorizem o imóvel e que devem ser pagas pelo proprietário. (Hoje mistura-se tudo num só tipo de despesa e cobra-se do inquilino.)

9 — Obriga a vistoria do prédio antes da ocupação e fixa percentual para a taxa de administração do imóvel pelas Administradoras de Imóveis, terminando com o prevalecimento destas contra os inquilinos que destes cobram taxas de expediente, de cadastro, de cobrança e de administração. Quando há atraso de um, dois ou três dias no pagamento do aluguel, cobram do inquilino pesadas multas e acrescem as despesas com honorários advocatícios, sem que tais serviços prestados sejam. Nosso projeto disciplina tudo isso, coibindo esses abusos e excessos praticados no Brasil todo pelas famosas imobiliárias.

10 — Obriga as Administradoras de Imóveis ou as denominadas imobiliárias e se inscreverem nos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis respectivos, a fim de que sejam devidamente fiscalizadas por esse órgão. Com essa medida visa-se moralizar esse tipo de atividade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Teixeira.

**O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (MDB — SE.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O ilustre jornalista Fernando Pedreira, do *O Estado de S. Paulo*, publicou ontem, para conhecimento da Nação, o artigo em que ele retrata com muita lucidez, com muito brilhantismo e com muita erudição, numa análise profunda da economia e da vida brasileira, os fatos que atentam e preocupam todos nós que estamos com as responsabilidades de participar da vida pública do País. Ele inicia dizendo:

Em meados de 1930, enquanto a velha República Velha ruía debaixo dos seus pés, os homens do Governo faziam discursos tranquilizadores e até vibrantemente otimistas. Foi quando Edmundo da Luz Pinto, figura querida e admirada daquilo que hoje já se pode chamar o Rio antigo, observou do alto da sua cátedra no bar do Jôquei Clube: "Meus amigos, isto é um naufrágio com música a bordo".

Há tempos o Governo Central baixou instruções determinando como a Vale do Rio Doce deveria, dali por

diante, aplicar os seus consideráveis lucros. Pois a Vale não gostou das instruções e passou a fazer grandes investimentos com o só objetivo de reduzir a própria margem de lucro. Na Bahia, por exemplo, comprou glebas enormes para fazer reflorestamento, coisa que não conseguiu porque os baianos vetaram o projeto, declarando as terras próprias para o cultivo do cacau. Mas as terras lá estão e nelas continuam enterradas as intenções do Governo. A PETROBRÁS, por sua vez, criaria a INTERBRÁS (com escritórios em dólar pelo mundo afora), duplicando a COBEC que, diga-se, já era acusada de concorrer deslealmente com firmas privadas brasileiras.

No meio de toda essa análise que desenvolve, ele conclui:

"Esperemos para ver o que vai dar o ano sucessório-eleitoral de 1978. Diz-se em Brasília que, no Governo do General João Baptista Figueiredo, o Ministro da Economia vai ser o Embaixador Delfim Netto: O Embaixador, em outros tempos, mostrou que é capaz de mover-se no fechado universo burocrático com o mesmo desembaraço e a mesma agilidade de um cardeal da Renascença na corte de Gregório XIII. Resta saber que espécie de economia vai lhe cair nas mãos em abril de 1979. É possível que as coisas estejam tão feias que mais valha chamar, em lugar dele, o Dr. Pitangui.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na verdade o que nos preocupa é que nem mesmo a atividade plástica do Dr. Pitangui possa definir e resguardar, quanto mais restaurar a economia brasileira, quando em abril de 1979 se espera que a nossa dívida externa ultrapasse os 35 bilhões de dólares e aí, então, o nosso balanço de pagamentos registrando, no item dos serviços, um quociente de cerca de 40 a 50% do nosso esforço de exportação, não nos sobrar, efetivamente, condições para resguardar a nossa soberania e consequentemente a nossa economia, nem mesmo em mãos daquele que outrora foi o chefe do milagre brasileiro, em quem, hoje, voltam alguns setores a depositar a confiança de que ele possa restaurar a dignidade da nossa independência econômica.

É esta a nossa apreensão, Sr. Presidente e Srs. Congressistas. Temos a certeza de que somente reformulando o pacote de abril, nós volveremos, através do voto popular, a conquistar a confiança, para que todos, em conjunto, nos esforcemos e possamos encontrar a saída para a problemática da nossa economia cada vez mais grave, mas que, com nossa pujança, nosso idealismo e nossa capacidade realizadora, temos condições, com a restauração da democracia, de encontrar o verdadeiro caminho para a solução do nosso destino e da nossa emancipação econômica. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

**O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA PRONUNCIA DISCURSO E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto)** — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Tendo sido publicado e distribuído em avulsos o Parecer nº 189, de 1977-CN, da Comissão Mista incumbida do estudo do Decreto-lei nº 1.578, de 1977, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas e 30 minutos, destinada à apreciação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto)** — Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão Mista de Orçamento em seu Parecer nº 197, de 1977-CN), do Projeto de Lei nº 17, de 1977-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1978.

Em discussão a redação final. (Pausa )  
 Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.  
 Em votação.  
 Os Srs Deputados que a aprovam queiram permanecer senta-  
 dos. (Pausa.)

Aprovada.  
 Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sessão.  
 sentados. (Pausa.)

Aprovada.  
 A matéria vai à sanção

*A redação final ora aprovada, acha-se publicada no  
 Suplemento "B", do DCN de 24-11-77.*

**O SR. PRESIDENTE** (Amaral Peixoto) — Está encerrada a

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 15 minutos.)*

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **PREÇO DE ASSINATURA**

### **Seção I (Câmara dos Deputados)**

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre .....	Cr\$ 200,00	Semestre .....	Cr\$ 400,00
Ano .....	Cr\$ 400,00	Ano .....	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso .....	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso .....	Cr\$ 2,00

### **Seção II (Senado Federal)**

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre .....	Cr\$ 200,00	Semestre .....	Cr\$ 400,00
Ano .....	Cr\$ 400,00	Ano .....	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso .....	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso .....	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

**CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

# **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

## **QUADRO COMPARATIVO**

**2ª Edição Revista e Atualizada — 1975**

**Com Suplemento 1977**

**VOLUME COM 288 PÁGINAS — Preço: Cr\$ 30,00**

**CONTÉM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:**

Emendas Constitucionais nº 1, de 17 de outubro de 1969, nº 2, de 9 de maio de 1972, nº 3, de 15 de junho de 1972, nº 4, de 23 de abril de 1975, nº 5, de 28 de junho de 1975, nº 6, de 4 de junho de 1976, nº 7, de 13 de abril de 1977, nº 8, de 14 de abril de 1977, e nº 9, de 28 de junho de 1977.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

**Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas  
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal**

**À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar**

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à  
**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL**  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**  
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

# **CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

## **QUADRO COMPARATIVO ANOTADO**

**O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,  
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO  
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-  
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).**

**2 VOLUMES**

**1º VOLUME:**

**QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO  
CIVIL COM DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;**

**2º VOLUME:**

**NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:**

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOCTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZAID;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

**NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Código, Lei nº 5.869/73, alterado pela Lei nº 5.925/73.**

**PREÇO: Cr\$ 70,00**

**À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar**

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,  
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**



# **CÓDIGO PENAL MILITAR**

## **Quadro Comparativo**

- Decreto-Lei nº 1.001/69
- Decreto-Lei nº 6.227/44

Contendo ainda textos do Anteprojeto (Ivo D'Aquino), Exposição de Motivos (Min. Gama e Silva), Código de Processo Penal Militar, Lei de Organização Judiciária Militar e ementário de legislação sobre Justiça Militar e Segurança Nacional.

**"Revista de Informação Legislativa" nº 26 — 439 páginas**

**Preço: Cr\$ 20,00**

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à  
**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL**  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,**  
ou pelo sistema de Reembolso Postal

# **TRÂNSITO**

**Legislação atualizada.**

**Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento  
(atualizados)**

**Legislação especial e correlata.**

**Ilícitos penais do Trânsito.**

**Resoluções do CONTRAN.**

**Notas — Comparações — Remissões**

**Furto do uso.**

**“Revista de Informação Legislativa” nº 38**

**452 páginas**

**Preço: Cr\$ 25,00**

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,  
ou pelo sistema de Reembolso Postal**

## **O PODER LEGISLATIVO E A CRIAÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS**

Obra comemorativa do Sesquicentenário da Lei de 11 de agosto de 1827, que criou os Cursos Jurídicos de São Paulo e Olinda.

Precedentes históricos, debates da Assembléia Constituinte de 1823, Decreto de 1825 com os Estatutos do Visconde da Cachoeira, completa tramitação legislativa da Lei de 11-8-1827, com a íntegra dos debates da Assembléia Geral Legislativa (1826-1827), sanção imperial e inauguração dos Cursos de São Paulo e Olinda.

Índices onomástico e temático

410 páginas

**PREÇO: Cr\$ 70,00**

Pedidos pelo reembolso postal à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

**Centro Gráfico do Senado Federal  
Caixa Postal 1.203  
Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS**

**PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 1,00**